



Anais da Assembléia

Nº 115

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 11 DE DEZEMBRO DE 1989.

ANO XV

3.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.^a LEGISLATURA
ATA DA 98.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 11 DE DEZEMBRO DE 1989
(SEGUNDA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Luiz Carlos Alborghetti e Pirajá Ferreira.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Anibal Khury, José Afonso Júnior, Orlando Pessutti, Tadeu Lúcio Machado, Werner Wanderer, Pirajá Ferreira, Algaci Túlio, Acir Mezzadri, Amélia Hruschka, Antônio Annibelli, Antônio Bárbara, Antônio Costenaro Neto, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Cândido Bastos, David Cheriegate, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Gerente Kirinus, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, João Arruda, José Alves, José Felinto, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Alcantara, Leônidas Chaves, Lindolfo Júnior, Luciano Pizzatto, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Namiir Piacentini, Neivo Beraldin, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nilton Barbosa, Paulino José Delazeri, Paulo Furiatti, Pedro Tonelli, Quielse Crisóstomo, Rafael Greca, Raul Lopes, Renato Adur, Sabino Campos, Valderi Mendes Vilela e Vera Agibert. (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagem:

MENSAGEM 110/89

Curitiba, 06 de dezembro de 1989.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa

Excelência, para fins de referendo dessa Augusta Casa de Leis, os inclusos convênios celebrados anteriormente a 05.10.89, data da promulgação da atual Constituição Estadual, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e do Departamento de Estradas de Rodagem e os municípios adiante mencionados, objetivando a manutenção e proporcionar condições de implantação de trechos de estradas existentes e a serem construídos na forma do Programa PARANÁ RURAL.

Município	Nº e data do Convênio
Araruna	- 007/89 - 14.09.89
Campina da Lagoa	- 023/89 - 18.09.89
Campo Mourão	- 024/89 - 18.09.89
Coronel Vivida	- 029/89 - 18.09.89
Ibaiti	- 076/89 - 02.10.89
Itambaracá	- 036/89 - 18.09.89
Jaguariaíva	- 040/89 - 19.09.89
Mangueirinha	- 047/89 - 19.09.89
Nova Cantu	- 054/89 - 19.09.89
Peabiru	- 072/89 - 19.09.89
Quinta do Sol	- 060/89 - 20.09.89
Santa Mariana	- 063/89 - 19.09.89
Sertãozinho	- 066/89 - 19.09.89
União da Vitória	- 017/89 - 14.09.89
Ubiratã	- 068/89 - 19.09.89

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 2889

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições parlamentares, após ouvido o Plenário, REQUER, seja colocado na Ordem do Dia e tramitação em REGIME DE URGÊNCIA / URGENTÍSSIMA, o Projeto de Lei nº 368/89 que cria o Município de Honório Serpa.

Sala das Sessões, em 11.12.89.

(aa) NEREU MASSIGNAN

JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO

REQUERIMENTO Nº 2890

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições parlamentares,

após ouvido o Plenário, REQUER, seja colocado na Ordem do Dia e tramitação em REGIME DE URGÊNCIA / URGENTÍSSIMA, o Projeto de Lei n° 366/89 que cria o Município de Bom Sucesso do Sul.

Sala das Sessões, em 11.12.89.

(aa) NEREU MASSIGNAN
JOSE ROGÉRIO CARVALHO

REQUERIMENTO N° 2881

Senhor Presidente.

O Deputado DAVID CHERIEGATE ao final assinado no desempenho do seu mandato parlamentar, na forma regimental, REQUER a Vossa Excelência, após ouvido o Plenário, preferência de votação ao Projeto de Lei n° 205/89, que retifica a Lei n° 9007, e dá outras providências.

Sala das Sessões, em 11.12.89.

(a) DAVID CHERIEGATE

REQUERIMENTO N° 2891

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e com fundamento no disposto pelo Art. 100, do Regimento Interno, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, preferência de discussão e votação para o Projeto de Lei n° 257/89, de autoria do Poder Executivo, que encaminha proposta de Orçamento - Programa Anual de 1.990, constante da Ordem do Dia da presente sessão ordinária.

Sala das Sessões, em 11.12.89.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO N° 2878

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo § 4°, do Art. 71, da Constituição do Estado do Paraná, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, a inclusão na Ordem do Dia de amanhã, dia 12.12.89, das Proposições n°s 65 e 69/89, vetos apostos aos Projetos de Lei n°s 200 e 226/89, respectivamente.

Sala das Sessões, em 11.12.89.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO N° 2886

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a retirada da Ordem do Dia do Projeto de Lei n° 346/89 e o envio do mesmo à Comissão de Finanças, para que esta aprecie as emendas a ele apostas.

Sala das Sessões, em 11.12.89.

(a) PIRAJÁ FERREIRA

REQUERIMENTO N° 2876

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve,

Curitiba, segunda, em 11.12.89

no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado em Ata um voto de profundo pesar pelo falecimento do Coronel do Exército LEOMAR RODRIGUES, ocorrido ontem (dia 10), em nossa Capital.

Sala das Sessões, em 11.12.89.

(a) PIRAJÁ FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

A sociedade curitibana está enlutada com o desaparecimento do Coronel LEOMAR RODRIGUES, ocorrido na noite de ontem no Hospital Nossa Senhora das Graças, em Curitiba.

Filho de tradicional família (seu progenitor era o saudoso Deputado Federal Agostinho Rodrigues), desaparece aos 52 anos de idade, deixando viúva Dona Ana Rodrigues e os filhos: Agostinho Neto, Patrícia, Luciana, Simone (casada com o Sr. Carlos Augusto Valério), Leila (casada com o Sr. Júlio Schruher) e Ana Lúcia (casada com o Sr. Carlos Augusto Michaud), além de netos.

Sua atuação à frente do Círculo Militar do Paraná foi pontilhada de inúmeras realizações, sendo presidente de seu Conselho Diretor em duas oportunidades. Na vida militar seguiu as pegadas de seu pai, atingindo a graduação de Coronel do Exército, quando estava na ativa, sempre com notória e exemplar conduta.

Vítima de pertinaz moléstia acometida nos últimos quatro meses agravada nos últimos dias, sendo inclusive internado no Hospital Nossa Senhora das Graças, desde a noite de ontem deixa o nosso convívio, para tristeza de seus familiares e amigos, deixando também uma imensa lacuna em nossa sociedade.

Assim, num preito de sentida homenagem, estamos requerendo seja consignado em Ata nos Anais desta augusta Casa um voto de profundo pesar pela irreparável perda, dando-se ciência de nossas condolências à sua família, bem como à Diretoria do Círculo Militar do Paraná.

REQUERIMENTO N° 2879

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos desta Casa, um voto de profundo pesar pelo falecimento, ocorrido nesta Capital da Sra. Nair Fabri Benatto.

Requer, outrossim, que do pronunciamenro desta Casa de dê ciência à família enlutada à Rua Padre Agostinho, n° 911.

Sala das Sessões, em 11.12.89.

(a) ERONDY SILVÉRIO

REQUERIMENTO N° 2880

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos desta Casa, um voto de profundo pesar pelo falecimento, ocorrido nesta Capital do Sr. LEOMAR RODRIGUES.

Requer, outrossim, que do pronunciamento desta Casa se dê ciência à família enlutada à Rua Cambará n° 106.

Sala das Sessões, em 11.12.89.

(a) ERONDY SILVÉRIO

REQUERIMENTO N° 2885

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. LELLIS ANTONIO CORRÊA FILHO.

Tal passamento vem consternar a sociedade face aos dotes morais do extinto.

Requer, outrossim, que do pronunciamento desta Casa se dê ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 11.12.89.

(a) ERONDY SILVÉRIO

REQUERIMENTO N° 2877

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao Senador JOSÉ CARLOS GOMES DE CARVALHO, pela maneira como conduziu e concluiu a Comissão Parlamentar de Inquérito ao Senado Federal, que investigou os problemas do setor automobilístico.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Senhor Senador JOSÉ CARLOS GOMES DE CARVALHO.

Sala das Sessões, em 11.12.89.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Ao finalizar seu trabalho como relator da Comissão Parlamentar de Inquérito do Senado Federal, que investigou os problemas do setor automobilístico, o Senador José Carlos Gomes de Carvalho, demonstrou perfeitamente sua competência e sua iniciativa elogiosa ao propor a criação da C.P.I. e em tão pouco tempo, apresentar as conclusões e recomendações para solucionar os problemas do setor automobilístico no país. Trabalhou incansavelmente para por em prática sua capacidade de empresário organizado, capaz de modernizar e agilizar situações conflitantes, objetivando prestar serviço ao setor público sempre com maior e melhor qualidade, reafirmando sua independência e autonomia.

É salutar ver o Paraná tão bem repre-

sentado no Senado Federal.

É portanto motivo de grande júbilo para todos nós paranaenses, o destaque dado ao trabalho desenvolvido na C.P.I. pelo Senador José Carlos Gomes de Carvalho.

A este contentamento, o Poder Legislativo do Estado do Paraná, através deste Deputado, se associa como representante do povo, congratulando-se com o Excelentíssimo Senhor Senador Gomes de Carvalho, com atestado de que seu sucesso é fruto de trabalho e competência.

REQUERIMENTO N° 2884

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja consignado em Ata da presente sessão, "VOTOS DE CONGRATULAÇÕES" e manifestações de regozijo, pelo transcurso do "37° Aniversário" do Município de ORTIGUEIRA, em data de 14 de dezembro em curso, expressões essas atribuídas aos Excelentíssimos Senhores WLAMOR MAIA, Prefeito Municipal; NELSON ESPAKI, Vice-Prefeito; Vereador ARLINDO DA SILVA SIVESTRE, Presidente da Câmara Municipal; Dr. JOSÉ LAURINDO SOUZA NETO, Juiz de Direito e Dr. MAURO JOSÉ DE CASTRO; Promotor de Justiça e demais autoridades representativas do Município.

O evento contará com intensa programação, ao qual estarão presentes, S. Exa., o Sr. Governador do Estado, ÁLVARO DIAS e demais representantes dos vários segmentos da sociedade.

Sala das Sessões, em 11.12.89

(a) DJALMA DE AIMEIDA CÉSAR

JUSTIFICATIVA:

Ensejando essa significativa data, em que o progressista Município de ORTIGUEIRA comemora o seu 37° aniversário, queremos deixar registrado nesta Casa uma síntese da sua história, que por vezes confunde-se à própria história do Paraná, feita da luta e da bravura daqueles que acreditando na boa terra, fizeram dela a sua terra mãe.

"Em princípios deste século, três indômitos sertanejos, procedentes de lugares distantes, chegaram à localidade, onde deveria surgir, muitos anos mais tarde, a cidade de Ortigueira, no âmago do sertão paranaense. Eram eles: Adolfo Alves de Souza, Domiciano Cordeiro dos Santos e Marcílio Rodrigues de Almeida que, abandonando suas terras no bairro do Socavão, no interior do Estado do Paraná, partiram quase sem destino, em busca de novo paradeiro, à procura de guarida para as suas criações e terras que lhe propiciassem melhores e mais promissores colheitas.

Autênticos bandeirantes do século XX, percorreram longas e intermináveis distâncias, cruzaram regiões desertas, vadearam

rios e chegaram finalmente, ao seu destino, alojando-se num outeiro denominado Monjolinho, interior do antigo Município de Tibagi. Dois membros da caravana seguiram em frente, foram mais adiante atingindo as margens de um rio a que deram o nome de Formigas, distante de Monjolinho, cujo rio se apresentava maior dada a existência de um espesso Taquaral seco, que dificultava a travessia e, assim, Adolfo Alves de Souza e Domiciano Cordeiro dos Santos resolveram queimá-lo, devastando uma área de aproximadamente, trezentos alqueires de terra.

Passaram-se os anos e os intrépidos sertanejos foram vivendo ali e em primeiro de setembro de 1905, resolveram plantar alguma coisa nas "queimadas", a título de experiência, cujo resultado foi dos mais animadores. Assim, as terras férteis, carinhosas e amigas do lugar das Queimadas tornaram-se admiradas de todos os homens que se dedicavam à lavoura e que ali chegaram oriundos de todos os recantos do Estado, atraídos pela fama de sua exuberância. Ali se fixaram mais algumas famílias e, do aglomerado humano, nasceu uma vila. Seus primitivos moradores chamaram-na "Queimadas".

E a romaria dos adventícios não cessou, vindo de todos os graus de cultura estabelecendo-se em Queimadas. Alguns de maior e mais elevada visão política e cultural, também ocorreram à nova povoação e dentre estes cabe salientar Isidoro da Rocha Pinto, ex-soldado, que se transformou no primeiro professor de Queimadas.

Em 9 de abril de 1916, chegou à povoação o Sr. Manoel Teixeira Guimarães, procedente do Rio de Janeiro, e que haveria de ser um dos primeiros homens a lutar pelas reivindicações populares do povoado nascente. Radicando-se em Queimadas, ali contraiu núpcias, uniu os seus esforços aos de Salvador Donato, prestigioso e honrado chefe político da localidade. Manoel Teixeira Guimarães foi, pelo espaço de longos anos, um valoroso baluarte a serviço do povo de Queimadas e do Paraná.

Não tardou assim a localidade a ser elevada à Categoria de Distrito Judiciário recaiando a nomeação de primeiro Juiz de paz na pessoa do cidadão Salvador Donato.

A 9 de abril de 1921, foi criado o Distrito Policial, tendo sido nomeado primeiro subdelegado de polícia o Sr. Francisco Barbosa de Macedo, outro bravo lutador e um dos pioneiros do progresso e engrandecimento de Queimadas.

No dia 9 de novembro de 1921, deu-se a instalação do Cartório de Paz, recaiando a nomeação de primeiro Escrivão de Tabelação na pessoa de Manoel Teixeira Guimarães que, nessa altura, já havia prestado notáveis serviços à localidade. A primeira as-

Curitiba, segunda, em 11.12.89

sistencial espiritual ao povo de Queimadas foi levada pelo Padre D. João Bragas, a 7 de novembro de 1923.

Dá por diante, a vila de Queimadas prosseguiu num ritmo ascendente de progresso, de evolução e de melhoramentos em direção a um futuro animador, como prêmio merecido dos que por ela lutaram e se sacrificaram, lançando a semente de uma cidade, em pleno coração rude e desconhecido.

Queimadas mudou sua denominação para ORTIGUEIRA, atendendo a necessidade de ordem administrativa, uma vez que já existia no Estado da Bahia uma localidade com idêntico nome. Em 14 de novembro de 1951, em virtude da Lei Estadual nº 790, foi criado o Município de ORTIGUEIRA, com território desmembrado parte do Município de TIBAGI e parte do de RESERVA, sendo solenemente instalado a 14 de dezembro de 1952. Na mesma ocasião foi empossado o primeiro prefeito Municipal, eleito pelo povo, bem como instalada a primeira Câmara de Vereadores.

REQUERIMENTO Nº 2888

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a constituição da Assembléia em Comissão Geral, para no próximo dia 12, terça-feira, durante a Sessão Plenária, emitir parecer sobre os Projetos de Lei Complementar nºs 371, 372 e 374/89 e sobre o Projeto de Lei nº 373/89.

Sala das Sessões, em 11.12.89

(a) ARTAGÃO MATTOS LEAO

REQUERIMENTO Nº 2887

Senhor Presidente:

Rafael Greca, Deputado Estadual pelo PDT, que este subscreve, pede ao Governo do Estado, através de seus Secretários de Administração e dos Transportes, que participe das negociações com a Federação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Marítimos e Fluviais, quando às reposições salariais devidas aos "marítimos" que, dentro do quadro do DER, atuam no serviço de Ferry Boat, entre Guaratuba e Caiobá.

Estas negociações, decorrentes de um estado de greve já decretado, veiculado na imprensa do litoral paranaense, acontecerão no próximo dia 14 de dezembro, na DRT, às 14:00 horas, em Curitiba.

Sala das Sessões, em 11.12.89

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

Impõe o momento histórico e econômico que os governantes tenham sensibilidade social. E percebam que os trabalhadores já não suportam o achatamento salarial.

Preocupa este Deputado - empenhado em

servir aos paranaenses, inclusive pelo exercício do "alerta" - a possibilidade de uma parada do serviço de "Ferry-boat" - na temporada de verão. O que causaria graves transtornos ao turismo e ao lazer das famílias que são servidas pelas balsas na sua travessia da baía de Guaratuba.

Desde 29 de setembro passado, através da sua Federação Nacional, os 128 funcionários do serviço de ferry-boat, estão tentando um acordo com o Governo do Estado. Querem corrigir as distorções salariais existentes entre os funcionários do DER que trabalham no mar e os funcionários de outros serviços portuários no Estado, como, por exemplo, os do porto de Paranguá. Já que a Lei Federal assegura isonomia aos que desempenham serviços semelhantes em embarcações sobre o mar.

Contatos deste Deputado com os setores reivindicantes sinalizam a possibilidade de uma parada de advertência no próximo dia 2 de janeiro, a partir da zero hora, por 48 horas, no auge da temporada de verão, exatamente ao final das festas de "fim de ano".

A esta "parada de advertência", por si só, preocupante e caótica, seguir-se-iam 24 horas de operação normal, e depois um estado definitivo de greve, por tempo indeterminado.

Assim, apelamos ao espírito público dos dois Secretários de Estado envolvidos, e ao descortínio do Senhor Governador, no sentido de evitar tal ocorrência, consentindo em sentar-se à mesa das negociações, observando a pauta que apresentou o sindicato paranaense, através da Federação nacional.

REQUERIMENTO N° 2882

Senhor Presidente:

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja transcrito nos Anais do Poder Legislativo, o Pronunciamento proferido pelo Dr. Luiz Renato Pedroso, Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado, por ocasião do "DIA DA JUSTIÇA", comemorado no dia oito próximo passado.

O eminente Desembargador Luiz Renato Pedroso, pessoa da mais alta autoridade para abordar o assunto, em nome da Casa Judiciária, em pronunciamento excelentemente elaborado, abordou a ânsia de liberdade, amor, paz e justiça de todos os povos.

Fez da sua palavra, naquela oportunidade, a voz de todos aqueles que trabalham nas lides judiciárias: as autoridades constituídas, os agentes do Ministério Público, os advogados, os serventuários da justiça e o povo em geral.

A transcrição nos Anais da Assembléia

Legislativa do pronunciamento brilhante do Dr. Luiz Renato Pedroso, em nome de todo o Poder Judiciário, no "DIA DA JUSTIÇA", quer registrar, na história do Paraná, um momento da maior importância para todos nós, quando o país, democratizado, com uma Nova Constituição, com representantes eleitos pelo povo, com a Justiça imparcial, com Poderes independentes e autônomos, contudo, immanados na luta pela garantia e firmamento das liberdades, direitos e deveres correspondentes a cada um. Esta, a simples homenagem do Poder Legislativo, a todas essas figuras extraordinárias, que no dia-a-dia, lutam pela Justiça, para que nenhum cidadão pereça por falta de busca de verdade.

Como disse o Dr. Luiz Renato, a luta pela Justiça é dura, árdua, porém observada, silenciosamente pelo "Juiz dos Juizes" de quem, certamente, emana o poder de ser justiça, de julgar e fazer triunfar a verdade.

Que do teor do presente, dê-se conhecimento ao Representante do Ministério Público, aos Desembargadores de Tribunal de Justiça do Estado, ao Secretário de Estado da Justiça, ao Senhor Ministro da Justiça, ao Senhor Governador do Estado, ao Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil-Secção do Paraná.

Sala das Sessões, em 11.12.89

(a) ALGACI TÚLIO

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 384/89

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarado de Utilidade Pública o Conselho de Pais e Mães - CONPAM, com sede e foro na cidade de Curitiba.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11.12.89.

(a) RENATO ADUR

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) No Pequeno Expediente concedo a palavra ao primeiro Orador inscrito, Senhor Deputado Raul Lopes.

O SR. RAUL LOPES - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Nós ficamos surpresos porque a rigor deveria estar na Ordem do Dia de hoje, a Mensagem de Sua Excelência o Senhor Governador do Estado, que diz respeito ao aumento, proposta de aumento da Polícia Militar e Polícia Civil, todavia, por motivo de força maior, ela não apareceu e deve

aparecer amanhã.

Mas, vou me permitir fazer uma observação como tivemos oportunidade de fazer quarta-feira próxima passada, quando tomamos conhecimento do encaminhamento da mensagem do Governador a esta Casa, ficamos bastante preocupados e na oportunidade nós analisávamos o que na realidade esta emenda constava, e como os Deputados não haviam tido conhecimento e houve tão somente, sexta-feira à tarde, se não hoje pela manhã.

Quero crer que o que nós havíamos dito na oportunidade, foi de encontro com o que nós ali abordávamos.

E aqui companheiros, vocês estão observando, pela primeira vez, nós estamos assistindo na tribuna desta Casa, companheiros da Polícia Militar que estão à paisana, em trajes civil, pertencem à mesma corporação, e outros fardados.

E o que representam esses companheiros? Não é pressão, vejam bem, é acompanhamento, é assistência do que vai ser julgado, analisado e apreciado nesta Casa.

A política salarial do Governo tem deixado muito a desejar neste Estado. A Polícia Militar não tem podido naturalmente, não faz por força, por tradição e por regulamento, passeata, demonstração de força à frente do Palácio do Governo, como tem feito o funcionário civil. Vem de forma ordeira e pacífica, se coloca assistindo atônita, de uma forma de expectativa ansiosa, acompanhando o que aqui deva ser analisado.

De sorte que, companheiros, venho tão somente fazer um preâmbulo para essa chamada de atenção, desses companheiros que aguardam com a maior ansiedade aquilo que será analisado e apreciado por todos nós.

Nós, Deputados, que apreciamos ao longo dos trabalhos constitucionais uma atenção toda especial à Polícia Militar, quando ali votamos alguns interesses, no alcance social e aquilo que se tornou aspiração maior que foi a isonomia da Polícia Militar junto às Forças Armadas.

A propósito, um jornalista em sua coluna de um determinado jornal, faz algumas observações, dizendo que o espírito de corpo um pouco avançado, um pouco exaltado, exarcebado, conduziu as coisas a conquistar de forma inconcebível.

Companheiros, não vi nada absolutamente de inconcebível, que não fosse o mecanismo legal. Se não, vejamos: Governador do Estado conseguiu junto ao Supremo Tribunal Federal, no colégio de ministros, não pela maioria, atentem bem, uma liminar para suspender o pagamento correspondente ao soldo da Polícia Militar, como também das Forças Armadas. Não foi julgado o mérito, naquela oportunidade. Porquanto, mérito existe, tem amparo, tem respaldo le-

Curitiba, segunda, em 11.12.89

gal. Naturalmente este jornalista está totalmente desavisado, desconhece o conteúdo e conduziu as coisas à revelia, à forma, à maneira dele. Repito: O Governador conseguiu, não pela maioria, uma liminar para suspender o pagamento para salvaguardar uma medida de caráter administrativo, que já começava a existir dentro da Corporação, no que diz respeito à impetração do mandado de injunção. Salvaguardou ele, mas o mérito legal vai ser apreciado tão logo, os poderes retornem às Assembléias Legislativas e ao Congresso Nacional, para analisarmos politicamente se tem ou não tem amparo, respaldo legal.

Tenho certeza que, se Deus quiser, nós vamos conseguir e vamos ganhar. No momento não estou muito preocupado com a Mensagem.

Mensagem que, naturalmente não agradou a Polícia Militar do Paraná, que esperavam com expectativa, uma projeção melhor. E para surpresa nossa, não aconteceu. De sorte que nós estaremos aqui amanhã, dando encaminhamento a uma emenda Egresso da Associação dos Subtenentes e Sargentos da Polícia Militar, que nós analisamos e achamos de toda satisfatória e para a qual nós pedimos a clemência, a corporação e a compreensão de todos os Deputados. Tenho certeza de que todos os Deputados receberam e tenho certeza que todos eles, que vivem o problema aflitante da Polícia Militar, haverão por certo de dar o encaminhamento necessário, com a respectiva aprovação.

Amanhã, se Deus quiser, voltaremos a esta Tribuna para então analisarmos o que, de pronto, se constitui como aspiração da Polícia Militar. Vamos, na oportunidade, analisar os valores percentuais, analisar de "per si" o que representa esta tabela. E mais adiante, o que isto tem em sentido e significado para a nossa Corporação. No momento, só clamo, chamo a atenção dos companheiros para, a exemplo do que nós conseguimos e conquistamos, no plenário desta no colégio de Líderes, por ocasião dos trabalhos constitucionais, o apoio devido à nossa querida Polícia Militar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Concedemos a palavra ao nobre Deputado Luiz Carlos Alborghetti.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Senhor Presidente, Senhores Deputados. Recebi da Sociedade Beneficente dos Subtenentes e Sargentos da Polícia Militar do Paraná, e também não querendo fazer demagogia em cima da classe policial, mas ouvindo atentamente o pronunciamento de Sua Excelência o Deputado Raul Lopes, e acredito que o Deputado Algaci Túlio deverá proferir nesta tarde alguns subsídios à emenda encami-

nhada pelo Senhor Argemiro Rodrigues da Silva, Presidente desta Sociedade.

O anteprojeto do Senhor Governador dá aos soldados de 2.^a classe, 21,67%. Dá ao soldado de 1.^a classe, 21,60%. Com todo o respeito que tenho pelos coronéis, tenentes-coronéis, 119%. Quer dizer, há uma distorção muito grande na faixa salarial do soldado de 1.^a classe, do soldado de 2.^a classe, para o coronel, tenente-coronel, major, capitão, aspirante, oficial.

Agora, vejam bem, Senhores Deputados, acompanhando, tiro um raciocínio da minha cidade, Londrina, da qual sou Deputado e, também ao Estado do Paraná.

A última reportagem que o Comando da Polícia Militar da minha cidade dava a um jornal da minha cidade, mais propriamente o segundo jornal que nasceu em Londrina. "O Jornal de Londrina", que os soldados estão abandonando a carreira policial dado o salário insignificante.

Vejam bem, Deputado Raul Lopes, um cobrador de ônibus ganha muito mais do que ganha um soldado da Polícia Militar hoje, na atualidade. E um soldado da Polícia Militar, quando pega sua farda, naturalmente, até uma criança sabe quando ela vê um soldado da Polícia Militar, todos nós sabemos que a Polícia Militar aí está para defender os direitos da família, não só do Paraná, mas, também da família brasileira.

Então, não posso conceber Deputado Raul Lopes, que um soldado de primeira classe tenha um aumento insignificante dessa maneira. Acho que o soldado tem que ganhar um salário decente; um salário que preste. Um soldado não tem condições, ganhando um salário como está ganhando, não tem condições jamais de comprar um presente neste Natal para seu filho; ele não tem condições de ter uma mesa farta nunca. Nem na segunda, nem na terça, nem na quarta, nem na quinta, nem na sexta nem no sábado, nem no domingo. Muito menos em Natal e muito menos em Ano Novo.

Eu acho que analisando o que me pede a Sociedade Beneficiente dos Subtenentes, Sargentos da Polícia Militar do Paraná, gostaria que um soldado de primeira classe, um soldado de segunda, que todos ganhassem um salário decente. E acredito que Vossa Excelência que tem se postado nesta tribuna como um verdadeiro defensor da Polícia Militar do Estado do Paraná, como o Deputado Algaci Túlio, nós que vivemos na área policial. Somos "carrapicho de polícia" com muita satisfação sim senhor, porque prestamos um serviço, tanto eu como o Deputado Algaci Túlio, através da imprensa à família paranaense somos chamados "carrapichos de polícia", mas com muita humildade, com muita descência porque exercemos a nossa profissão com moral.

Tenho acompanhado o programa do Depu-

tado Algaci e ele sempre que pode também acompanha meu programa. Nós temos pregado através da imprensa que a Polícia Militar merece ganhar um salário de gente, de seres humanos. E lamentavelmente a Polícia Militar do Paraná ganha menos do que a Polícia do Mato Grosso; ganha menos do que outras polícias.

Então, quero declarar meu voto aqui hoje nesta tarde. Eu vou votar com a Sociedade Beneficiente dos Subtenentes e Sargentos da Polícia Militar para ganhar ou para perder.

(Palmas).

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) A Mesa solicita às pessoas presentes que podem aplaudir. Mas, eu acho que o assobio não é próprio de gente tão distinta como as que aí estão.

Vamos passar para o Horário das Liderança. E concedo a palavra ao Deputado Luiz Carlos Alborghetti.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Eu gostaria, também com humildade, de pedir aos Senhores Deputados que queiram me acompanhar. Eu sozinho comecei uma caminhada hoje pela capital e região metropolitana visitando as indústrias às 5:30 da manhã. Visitando os terminais de ônibus e pedindo voto para o meu candidato à Presidência da República com todo respeito que tenho pelo candidato da Frente Brasil Popular.

Então, gostaria de convidar, começo hoje uma série de comícios, na capital, sozinho, eu e Deus, e hoje farei um grande comício no Jardim das Américas e gostaria de convidar os Senhores Deputados, que integram a minha Bancada e outros que são simpatizantes de nosso Partido ou à candidatura de Fernando Collor de Mello, que nos acompanhassem nessa nossa caminhada que começamos hoje de manhã, visitando os terminais, às 5 e meia da manhã, conversando com os trabalhadores, explicando as nossas idéias, os nossos projetos, a vontade que temos de fazer um Brasil feliz e um Brasil novo.

Gostaria também de convidar a todos que participassem comigo da nossa caminhada que começaremos hoje à noite, até quinta-feira, correndo os bairros, vilas, conjuntos habitacionais, levando a nossa Mensagem de reconstrução nacional.

Gostaria de convidar os nossos Deputados e também os Deputados que mesmo que estejam em outros partidos políticos, que venham conosco, para começarmos hoje o início desta segunda grande vitória de Collor de Mello, no Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a

palavra o PL.

Declina.

PMB com a palavra.

Declina.

PFL com a palavra.

Declina.

Havendo declinado, com a palavra o

PTN.

Declina.

FRP com a palavra.

Declina.

PTB com a palavra.

Declina.

Havendo declinado, com a palavra o

PSDB.

Declina.

PDS com a palavra.

Declina.

Havendo declinado, com a palavra o

PDT.

Com a palavra o Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, Senhores Deputados, nobres integrantes da Corporação da Polícia Militar.

Desnecessário se faz dizer, neste momento aqui, do nosso apreço, da nossa admiração por esta tão importante corporação que tão bons serviços presta à sociedade paranaense.

E, sabem os Senhores e sabem suas famílias, das nossas posições e a partir de amanhã, assim que a Mensagem do Governador vier a este Plenário, nós estaremos nos posicionando, evidentemente, atendendo o apelo dos integrantes da Corporação, e analisando esta Mensagem porque nós ainda não temos um conhecimento real dela, da sua proposta, não recebemos ainda em nossos gabinetes. Apenas, de passagem, na última quinta-feira, recebia eu a informação de que a Mensagem estava na Casa, e de que na Polícia Civil houvera a unanimidade de entendimento, não haveria problema nenhum. No entanto, na classe da Polícia Militar, algum descontentamento aquela Mensagem gerava entre seus integrantes.

Confesso de que não tenho ainda o total conhecimento da Mensagem, mas, a partir de amanhã, tão logo ela venha embutida na Ordem do Dia, desta Casa, nós estaremos analisando e votando dentro do nosso conhecimento, da nossa expectativa e da nossa consciência, sabendo que estaremos atendendo à classe policial, dentro daquilo que é possível, dentro daquilo que nós Parlamentares, integrantes desta Casa, mais ligados, como disse o Deputado Alborghetti, eu o Deputado Alborghetti e o Deputado Raul Lopes, e os demais Deputados, porque aqui a Polícia Militar, a Segurança, não tem cor partidária, e não tem apenas este ou aquele Deputado. Evidentemente todos estão preocupados com o problema da

segurança e todos nós queremos uma polícia melhor remunerada para que ela possa ser mais exigida. Um policial melhor pago para poder dar tranqüilidade, primeiro na sua casa, para sua família, para depois poder transmitir esta tranqüilidade ao restante da população.

Mas, Senhor Presidente, Senhores Deputados, venho à tribuna, neste momento, para dizer que: (Lê):

"Na última sexta-feira, dia oito, nós estivemos representando o Poder Legislativo, no Tribunal de Justiça do Estado, na sessão que marcou um dos momentos mais importantes dos últimos anos: a comemoração do "DIA DA JUSTIÇA", numa sessão solene, seguida de Ofício Religioso, quando, em ambos foram erguidas hosanas ao "Juiz dos Juizes", por aqueles imbuídos da sublime e grave Missão de Julgar.

O eminente Desembargador, Doutor Luiz Renato Pedroso, em pronunciamento brilhante, falou da ânsia e busca incansável, em todo o mundo, pela Liberdade, Paz e Justiça.

Fez da sua palavra, naquela oportunidade, a voz de todos aqueles envolvidos nas lides da Justiça: as autoridades constituídas, os agentes do Ministério Público, os advogados, os serventuários da Justiça e o povo em geral.

Ao falar da realidade mundial, o douto Representante do Poder Judiciário não poupou expressões a fim de dimensionar quão triste e desolador o quadro que se abate sobre nossos povos: as guerrilhas, a humanidade dividida política e ideologicamente, os governantes incapacitados de resolver os problemas mais cruciais e latentes da população, as lutas de povos dentro de um mesmo território, a violência, o ódio, a disputa, a guerra, sem atino às consequência que isso tudo possa gerar ou ocasionar para a humanidade.

Nas grandes, como nas pequenas cidades, o povo, aflito e angustiado, enfrenta sérios e graves problemas, sem expectativa, próxima ou remota, de solução benéfica para todos. Violência e Guerra, palavras e ações que integram o dicionário da vida dos povos e das gentes.

Mesmo no Brasil, país pacífico por índole e natureza, produto do caldeamento de povos pacatos e sentimentais, como o indígena, o português e o africano, a onda de violência domina, sem esperança de erradicação.

Assaltos, roubos, raptos, seqüestros, homicídios, estupros, são crimes e acontecimentos, hoje, desafortunadamente, corriqueiros.

Os episódios de Volta Redonda e Porto Alegre, tão vivos na memória do nosso povo, marcam o clima de exasperação do povo que quase desacredita totalmente das

instituições e dos seus representantes.

Há demonstrações, contudo, inequívocas busca da liberdade, da paz e da justiça.

Senão, como entender, a abertura democrática soviética e os entendimentos com os Estados Unidos, guindados pelas mãos de Gorbachov?

A Hungria auto-declarou-se país Social-Democrata e a Polônia está dirigida por um líder católico. Na Bulgária, a extinção da Polícia Secreta, criminosa e opressora foi festejada pelo povo que clama por reformas ainda maiores.

E o muro? O muro despencado que, por anos, foi símbolo da vergonha, hoje, no chão, uniu um povo que foi mantido separado pela decisão de um grupo, na Alemanha.

Como entender tudo isso, Senhores Parlamentares? Entendendo que a Europa está em evolução: é a Revolução de 89. Uma luta linda, desarmada, em prol da liberdade, da paz, da justiça... da felicidade de cada um.

Se os povos anseiam por liberdade, o mundo não pode prescindir da paz.

Anos e anos perseguimos a paz.

Paz para vivermos bem com nossa família e os nossos semelhantes, paz para construirmos a grandeza de nossa terra; paz para uma convivência harmônica e fraterna entre as nações; paz para que o espectro da guerra e da convulsão social sejam abolidos da face da terra.

Urge que todos contribuam para a paz; urge que todos construamos a paz.

Inesquecível o apelo, feito no "DIA DA JUSTIÇA", ao Criador, rogando-lhe a sabedoria para promoção da Justiça verdadeira.

Rogando ao Juiz dos Juizes, àquele cuja justiça é infalível e irrecorrível, que proteja e abençoe o povo brasileiro, que ilumine e oriente o futuro dirigente da Nação a fim de que melhor possa equacionar e solucionar os inúmeros problemas nacionais, desde a fome, a desnutrição, a inflação que a todos atinge, até à crise habitacional e educacional, à saúde e previdência social, ao combate efetivo ao déficit público, tudo, enfim, para que possamos viver dias de tranqüilidade e paz.

Celebremos nós, também, Parlamentares, legisladores, constituintes, a passagem do "DIA DA JUSTIÇA", elaborando as reflexões que o momento requer, com a responsabilidade grave da luta pela promoção da Justiça. Não a Justiça feita em gabinetes, em palácios, mas a Justiça elevada que garante a cada paranaense, a cada um daqueles que estão nesse quinhão encravado na grandeza e unidade nacional, a Justiça para se viver. Que se garanta a liberdade mas, a liberdade com justiça. Não posso ser livre e meus filhos também o serem, se o Estado me roubou a comida, a escola, o trabalho, a dignidade.

Sejamos animados, hoje e sempre, pelo Criador, na profissão pelo povo, na luta pela Paz, Liberdade e Justiça.

Não devemos ter medo de ser feliz".

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - PSDB, com a palavra.

Declina.

PMDB com a palavra.

Declina.

Passa-se à

ORDEM DO DIA:

com a presença de 54 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Renato Adur, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. A Diretoria Legislativa.

O SR. RAFAEL GRECA - (Pela Ordem) - Senhor

Presidente, eu tenho a honra de encaminhar à Mesa um expediente onde nós solicitamos ao Senhor Governador que determine ao Secretário de Administração que participe da reunião sobre o dissídio dos marítimos que operam o ferry-boat, serviço de balsas, entre o Município de Matinhos e o Município de Guaratuba; porque pelo contrário, nós corremos o sério risco de, no dia 02 de janeiro, termos uma greve, com a paralisação por tempo indeterminado do Serviço de Transporte Marítimo entre Caiobá e Guaratuba.

O Secretário de Administração tem sido renitente em dialogar com a classe. Há um expediente do presidente da Federação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Marítimos e Fluviais, e eu faço esse alerta à Assembléia, porque entendo é um alerta de bem comum no sentido de que se garanta o necessário suprimento aos trabalhadores para que se evite a interrupção em plena temporada de verão do serviço de ferry-boat entre Caiobá e Guaratuba.

Era isso.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Será encaminhado ao Governador.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente, solicitando preferência de votação para o Projeto de Lei n° 257/89, constante da Ordem da Dia da presente sessão. Aprovado.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado David Cheriegate, constante do expediente, solicitando preferência de votação para o Projeto de Lei n° 205/89, constante da Ordem do Dia da presente sessão. Aprovado.

De conformidade com os requerimentos de preferência de votação acima aprovados:

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 257/89, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n° 68/89), que encaminha a Proposta de Orçamento- Programa Anual 1990. Em votação.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN- (Pela Ordem)
Qual é a ordem, o item da Ordem do Dia do orçamento?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - 14, página 03.

O SR. DAVID CHERIEGATE - (Pela Ordem) - Eu pedi preferência da votação para o Projeto n° 205/89, da nossa autoria.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - É o requerimento número 02.

A Mesa anuncia que após a votação da primeira discussão do Projeto de Lei n° 257, substitutivo geral, o Projeto será retirado da Ordem do Dia, regimentalmente, por 48 horas, a fim de que os Senhores Deputados possam estudar com mais cuidado a proposta da Comissão de Orçamento.

Senhores Deputados que aprovam o projeto de substitutivo geral queiram conservar-se como estão. **Aprovado.**

O SR. PAULINO DELAZERI - (Pela Ordem) - Senhor Presidente, em quero registrar desde já o meu voto contrário ao substitutivo geral, porque me ressalvei na Comissão de Orçamento de que não concordava com determinados itens e emendas aqui acrescentados.

O SR. PEDRO TONELLI - (Pela Ordem) - Da mesma forma eu quero que registre o meu voto contrário, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Não esperava outra coisa de Vossa Excelência.

Está aprovado o projeto, e o substitutivo geral será retirado por 48 horas da Ordem do Dia.

O projeto retornará à Ordem do Dia na quarta-feira.

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 205/89, de autoria do Deputado David Cheriegate, que retifica a Lei n° 9.007, e dá outras providências. Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado.** (Publ. no DA. n° 72, de 17.08.89).

O presente projeto de lei, visa a retificação do art. 1° da Lei n° 9007, que criou o Município de Ibema, para corrigir o erro cartográfico quanto ao perímetro do aludido município.

A iniciativa se encontra em total consonância com os preceitos constitucionais, não apresentando o ora versado projeto de lei qualquer disposição contrária às normas estabelecidas nas Constituições da União e Estado, respectivamente.

Ante o exposto, somos de parecer FAVORÁVEL à aprovação do presente projeto de lei.

Sala das Comissões, em 05.12.89.

(aa) CÂNDIDO BASTOS
Presidente
GERNOTE KIRINUS
Relator.

Passaremos à apreciação do restante da matéria, constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 226/88, de autoria do Deputado Ezequias Losso, que declara de Utilidade Pública o DEPARTAMENTO NACIONAL ASSISTENCIAL DO MENOR, de Serviço Social e Proteção ao Menor Carente, S.S.P.M.C., e Assistência Social ao Menor Carente, A.S.M.C., com sede e foro nesta Capital. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.D.C., por unanimidade. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 14/89, de autoria do Deputado Raul Lopes, criação de turma especial preparatória para vestibular na Rede Oficial de Ensino do Estado do Paraná. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F., C.R.H. e C.E., na forma da EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL apresentada pela C.C.J., por unanimidade. **Aprovado, o substitutivo Geral, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 231/89, de autoria do Deputado Antônio Anibelli, que declara de Utilidade Pública, a FUNDAÇÃO DE ESTUDOS DAS DOENÇAS DO FÍGADO- FUNEF, com sede e foro nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 296/89, de autoria do Deputado Antônio Anibelli, que denomina de Pavilhão de Artes Industriais Professora Jalile Bichara Machado, o Pavilhão do Centro de Artes Industriais Cajuru, pertencente ao Colégio Estadual Professora Maria Aguiar Teixeira. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., na forma da EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL, por unanimidade. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 346/89, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n° 86/89), que altera dispositivos da Lei n° 8.925, de 28 de dezembro de 1988 (que dispõe sobre o tratamento tributário pertinente ao Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores-IPVA).

Com PARECER FAVORÁVEL da Comissão Geral da Assembléia, por unanimidade.

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Pirajá Ferreira, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia do Projeto de Lei n° 346/89, para que o mesmo seja encaminhado à Comissão de Finanças a fim desta apreciar as emendas. Aprovado. O projeto irá à Comissão de Finanças.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 355/89, de autoria do Deputado Anibal Khury, que cria "ad referendum" do resultado do plebiscito, o Município de Fazenda Rio Grande, desmembrado do Município de Mandirituba, conforme especifica. Aprovado.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 363/89, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n° 104/89), que autoriza o Poder Executivo a firmar escritura pública de revogação amigável da doação do imóvel "caieira", sito em Guaratuba, feita à Companhia de Habitação do Paraná- COHAPAR, e a doar o referido imóvel ao Município de Guaratuba. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n° 75/89, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, que autoriza a realização de plebiscito, na área que especifica, com vistas à criação do Município de São José do Ivaí, desmembrado do Município de Santa Izabel do Ivaí. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n° 76/89, oriundo do PARECER FAVORÁVEL da Comissão de Constituição e Justiça, por unanimidade, que autoriza a realização de plebiscito, na área que especifica, no Município de Toledo, para que a população decida sobre a criação do Município de São Pedro do Iguaçu. Aprovado, artigo por artigo.

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei Complementar n° 379/89, de autoria do Tribunal de Justiça (Ofício n° 104/89), que objetiva dar nova organização e denominação aos cargos integrantes da carreira de Assessor Jurídico do Tribunal de Justiça do

Estado. Com PARECER a ser exarado pela Comissão Geral da Assembléia, conforme requerimento do Deputado Luciano Pizzatto. (Publ. no DA. n° 113, de 06.12.89).

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Of. n° 104/89

G.P. - G.S.

Curitiba, 06 de dezembro de 1989.
Senhor Presidente

Em obediência ao artigo 56 e seus parágrafos das Disposições Transitórias da Constituição Estadual, tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência acompanhado de justificativa, o incluso anteprojeto de lei complementar, tendo por objetivo dar nova organização e denominação aos cargos integrantes da Carreira de Assessor Jurídico deste Poder, ad referendum do Órgão Especial.

Por oportuno, esclareço a Vossa Excelência que igual providência está sendo tomada pelo Poder Executivo, cuja mensagem serviu de molde para o anteprojeto ora encaminhado à consideração dessa Augusta Casa Legislativa.

Ao ensejo, reitero a Vossa Excelência, Senhor Presidente, meus protestos de consideração e apreço.

(a) ABRAHÃO MIGUEL
Presidente

JUSTIFICATIVA:

Tão logo promulgada a Constituição Estadual, nomeei uma Comissão composta de seis membros deste Tribunal, a fim de procederem estudo dos reflexos das novas disposições constitucionais no Judiciário.

A referida Comissão, através do ofício n° 07/89, relatou sua conclusão sobre a interpretação do artigo 56 e seus parágrafos, das Disposições Constitucionais Transitórias. Em síntese, o entendimento unânime foi assim resumido:

"Colocada em discussão a matéria referente à implantação, na folha de pagamento, dos Assessores Jurídicos do Judiciário, dos vencimentos equivalentes aos de Procurador do Estado, em face das normas dos artigos 37, XII, 39, parágrafo 1°, 135 e 241, da Constituição da República Federativa do Brasil e ainda, do disposto nos artigos 27, XI e 125, parágrafo 2° e 3° da Constituição do Estado do Paraná, a Comissão entendeu que devesse ser oficiado, ao Senhor Presidente do egrégio Tribunal de Justiça, para a adoção de medida em tal sentido, mesmo porque, na área do Poder Executivo, isso já se consubstanciou através da Resolução Conjunta n° 04/89, firmada pelos Senhores Secretário de Estado da Administração e Procurador Geral do Estado."

Com base em tal conclusão, e mister o envio de anteprojeto de lei ao Legislati-

vo, a fim de dar cumprimento à referida norma constitucional, dentro do prazo nela estabelecido.

As providências adotadas no anteprojeto são as seguintes:

NOVA DENOMINAÇÃO DOS CARGOS

Historicamente os servidores que desempenham funções de assessoramento jurídico no âmbito do Poder Judiciário, são denominados **Assessores Jurídicos**, integrando carreiras especiais.

Isto significa dizer que as carreiras especiais a que alude a norma constitucional já existem, necessitando, tão somente, de reestruturação.

Assim é que proponho a alteração da denominação das referidas carreiras para **PROCURADOR JUDICIÁRIO**, mais consentânea à abrangência de novas incumbências aos integrantes daqueles cargos.

Pretendo estruturar, mediante Decreto Judiciário, a nova configuração organizacional das referidas carreiras.

FIXAÇÃO DOS VENCIMENTOS

O enquadramento dos cargos à nova sistemática constitucional, no que tange aos vencimentos, foi apreciado na Comissão de Estudos Constitucionais e aprovado nos seguintes termos:

SITUAÇÃO ANTERIOR

Denominação	Referência	Classe
Assessor Jurídico	PJ-I	I
Assessor Jurídico	PJ-I	II
Assessor Jurídico	PJ-I	III

SITUAÇÃO ATUAL

Denominação	Classe
Procurador Judiciário	I
Procurador Judiciário	II
Procurador Judiciário	III

Os vencimentos guardam isonomia aos integrantes da carreira de Procurador do Estado, Classes III, IV e V, respectivamente.

EXTINÇÃO DE VANTAGENS

O tratamento isonômico implantado pelo artigo 135 da Carta Magna Federal, aos integrantes de carreiras jurídicas, implica, necessariamente, na supressão das vantagens atualmente pagas aos beneficiários das disposições do presente anteprojeto. Igual providência se adotou com referência aos Procuradores do Estado.

A razão é óbvia. Mantendo-se as vantagens atuais, a nova sistemática implicaria

Curitiba, segunda, em 11.12.89

na multiplicação dos valores básicos chegando a cifras indesejáveis, superiores em muito ao redutor constitucional.

Destarte, ficam vedados aos ocupantes das carreiras de que trata o anteprojeto, todas as vantagens pecuniárias de carreira permanentes, percebidas a qualquer título, por decisão administrativa ou judicial, inclusive a gratificação pela prestação de serviços extraordinários ou em regime de tempo integral e dedicação exclusiva.

Limita-se, finalmente, a percepção de adicionais na forma constitucionalmente prevista em sete quinquênios a cada cinco anos de serviço.

JORNADA DE TRABALHO:

Estipula-se a jornada laboral dos integrantes das carreiras de Procurador Judiciário em 40 (quarenta) horas semanais, a exemplo das de Procurador do Estado.

VERBA DE REPRESENTAÇÃO

Atendendo ao preceito isonômico, a verba de representação em 170% (cento e setenta por cento) será paga também aos Procuradores Judiciários.

Trata-se de parcela cuja percepção havia assegurada à categoria pelas Leis n°s 7881, de 26 de julho de 1984, art. 5°, alterada pela Lei n° 8931, de 24 de janeiro de 1989, art. 1°, nos mesmos moldes das carreiras de Procurador de Estado.

AUMENTOS DE VENCIMENTO E VANTAGENS

O artigo 135 da Constituição Federal dispõe sobre a revisão dos vencimentos e vantagens das carreiras jurídicas.

Como todas as demais, as carreiras de Procurador Judiciário, isonomicamente, farão jus aos reajustes e aumentos na mesma periodicidade e igualdade.

LIMITAÇÃO CONSTITUCIONAL DE VENCIMENTOS

O limitador constitucional dos vencimentos das carreiras especiais será o do artigo 27, inciso XI, da Constituição Estadual.

Ressalto ainda que as despesas decorrentes da aplicação da lei, terão suporte nas dotações orçamentárias próprias do Poder Judiciário.

As razões acima estão em consonância com o texto da Carta Magna Estadual, refletindo o posicionamento do Poder Judiciário expressado pela Comissão de Estudos Constitucionais, designada pela Portaria n° 1489, de 03 de outubro de 1989.

Propugna-se, destarte, pela sua aprovação.

Curitiba, 05 de dezembro de 1989.

(a) ABRÁHAM MIGUEL
Presidente

Sobre o referido projeto, parecer da Comissão Geral da Assembléia nos seguintes termos:

COMISSÃO GERAL

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N° 379/89

PARECER:

O Projeto de Lei Complementar n° 379/89, encaminhado a esta Casa em 06 do corrente mês, através de expediente do Chefe do Poder Judiciário, tem por objetivo dar nova organização e denominação aos cargos integrantes da carreira de Assessor Jurídico daquele Poder, adequando-os ao mandamento contido no Art. 56 e parágrafos, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado.

A iniciativa da proposição da matéria encontra fundamento na Constituição Federal, em seu Art. 96, inciso II, alínea "b" e na Constituição Estadual, na alínea "C", inciso I do Art. 101, e encontra-se elencada entre as matérias de competência desta Assembléia no tocante à sua apreciação. É desnecessária qualquer referência quanto ao mérito, em razão da própria justificativa que acompanha o anteprojeto da lei em questão, o que resume este parecer.

Entendendo inexistirem óbices legais e regimentais a tramitação do projeto, opinamos FAVORAVELMENTE à sua aprovação nesta Assembléia.

Sala das Comissões, em 11.12.89.

(a) RAUL LOPES.

Em votação o Parecer: **Aprovado.**

Em votação o Projeto: **Aprovado.**

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 90/88, de autoria do Deputado Djalma de Almeida César, que autoriza o Poder Executivo a reduzir para 20 (vinte) horas semanais a jornada de trabalho do servidor público estadual legalmente responsável por excepcional em tratamento especializado. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.R.H., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado.** (Publ. no DA. n° 25 de 19.04.88).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 90/88

PARECER:

O projeto de lei em exame, de autoria do nobre Deputado Djalma de Almeida César, visa autorizar o Poder Executivo a reduzir a jornada de trabalho do servidor público estadual legalmente responsável por excepcionais em tratamento especializado.

Com a medida proposta, pretende o au-

tor facultar aos funcionários responsáveis por excepcionais o tempo necessário para o atendimento e tratamento especializado de que necessitam. Revestindo-se dos mais nobres propósitos e não apresentando impedimentos de ordem legal, ou constitucional, que possam obstar sua normal tramitação, somos de parecer favorável, opinando pela aprovação do Projeto de Lei n° 90/88. Sala das Comissões, em 07.06.88.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO

Presidente

CÂNDIDO BASTOS

Relator.

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI N° 090/88

PARECER:

O Projeto de Lei em exame, de autoria do nobre Deputado Djalma de Almeida César, autoriza o Poder Executivo a reduzir a jornada de trabalho de servidores públicos que são legalmente responsáveis por excepcional em tratamento especializado.

Cresce na sociedade a consciência da necessidade dos excepcionais receberem maior atenção. De fato, em virtude de suas limitações, exigem eles mais cuidado, em especial uma convivência mais próxima com seus pais.

É possível, portanto, compreender o alcance da medida proposta. Vale considerar que a redução da jornada de trabalho do servidor ocorrerá somente quando o excepcional sob sua responsabilidade estiver sendo submetido a tratamento especializado.

A redução da jornada de trabalho proposta não implica em aumento de despesa para o Poder Público. Por outro lado, deve-se reconhecer que o servidor, tendo mais tempo para cuidar do excepcional por quem é responsável, irá trabalhar mais tranquilo e poderá render mais, compensando a redução da jornada de trabalho pelo aumento da produtividade.

Por tratar-se de matéria meramente autorizatória, cabendo ao Poder Executivo julgar da oportunidade da medida, entendemos não existir qualquer impedimento ao seu trâmite nesta Casa de Leis.

Neste sentido, manifestamos o nosso parecer favorável, opinando pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 29.06.88.

(aa) CÂNDIDO BASTOS

Presidente

HOMERO OGUIDO

Relator.

COMISSÃO DE RECURSOS HUMANOS

PROJETO DE LEI N° 090/88

PARECER:

Curitiba, segunda, em 11.12.89

De autoria do nobre Deputado Djalma de Almeida César, o presente plano de lei visa autorizar o Poder Executivo a reduzir para 20 horas semanais a jornada de trabalho do servidor público estadual legalmente responsável por excepcional em tratamento especializado.

As doudas Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças chamadas a opinar no que lhes tange suas competências, manifestaram-se **Favoravelmente**. Sendo que a primeira não encontrou nenhum impedimento de ordem legal ou constitucional que impedisse sua normal tramitação e a segunda por entender que o projeto de lei em questão não implica em aumento de despesa para o Poder Público.

Assim sendo, esta Comissão entende em seguir as posições tomadas pelas Doudas Comissões acima nominadas, além de que cresce em nossa sociedade a consciência da necessidade dos excepcionais receberem maior atenção e de beneficiar aqueles que os ajudam a levar uma vida mais digna sem falso demagogismo e protecionismo.

Nestas condições, é o nosso parecer **Favorável**, opinando-se pela aprovação do Projeto de Lei n° 090/88.

É o parecer.

Sala das Comissões, em

(a) CÂNDIDO BASTOS

Presidente e Relator.

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 186/89, de autoria do Deputado Ferrari Júnior, que dá responsabilidade ao Estado do Paraná, na manutenção dos Cursos de Medicina e Odontologia da Universidade Estadual de Maringá. Com PARECER CONTRÁRIO da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

PROJETO DE LEI N° 186/89

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica, por força desta lei, sob responsabilidade exclusiva do Governo do Estado do Paraná, as despesas com a manutenção dos cursos de Medicina e Odontologia da Universidade Estadual de Maringá.

Art. 2° - A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24.07.89.

(a) FERRARI JÚNIOR

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 186/89

PARECER:

O projeto de lei em exame, de autoria do nobre Deputado Ferrari Júnior, tem por finalidade, por força de lei, ficar sob

responsabilidade exclusiva do Governo do Estado do Paraná, as despesas com a manutenção dos cursos de Medicina e Odontologia da Universidade Estadual de Maringá.

A matéria fere frontalmente preceito constitucional, pois trata-se de assunto de exclusiva iniciativa do Poder Executivo, conforme preceitua o artigo 25, parágrafo 1° letra "a", e artigo 47, item I, da Constituição Estadual.

Por tais fatos, emitimos o nosso parecer **CONTRÁRIO**, nos permitindo ainda opinar pela rejeição da matéria.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 19.09.89.

(aa) CÂNDIDO BASTOS

Presidente

HOMERO OGUIDO

Relator.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
PROJETO DE LEI N° 186/89

PARECER:

O presente projeto de lei, de autoria do Excelentíssimo Senhor Deputado Ferrari Júnior, objetiva responsabilizar o Estado do Paraná, pelas despesas com a manutenção dos cursos de Medicina e Odontologia da Universidade Estadual de Maringá.

Sabedores do impedimento, mencionado pela douda Comissão de Constituição e Justiça, temos a argüir que a educação é direito de todos e dever do Estado, sendo ministrado com base nos princípios de gratuidade do ensino público em estabelecimento oficial. (C.F. Art. 205 e 206, IV).

Ao analisarmos os aspectos meritórios da questão, temos a ressaltar que a responsabilidade pela manutenção dos cursos, objeto do presente plano, é do Poder Público.

Sendo assim, esta Comissão de Educação, opina **FAVORAVELMENTE** pela APROVAÇÃO do presente Projeto de Lei, nada encontrando que possa impedir a sua normal tramitação processual legislativa.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Sala das Comissões, em 28.09.89.

(aa) AMÉLIA HRUSCHKA

Presidente

EZEQUIAS LOSSO

Relator.

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA
PROJETO DE LEI N° 186/89

PARECER:

O presente projeto de lei, de autoria do Excelentíssimo Senhor Deputado Ferrari Júnior, tem como objetivo responsabilizar, por força da lei, objeto do presente plano, o Estado do Paraná, pela manutenção

dos cursos de Medicina e Odontologia da Universidade Estadual de Maringá.

Ao procedermos à análise do presente projeto de lei, seguimos os entendimentos da douta Comissão de Educação, além de ressaltarmos a necessidade do Estado, pela carência de profissionais das áreas de Medicina e Odontologia, como também as dificuldades enfrentadas pelos pretendentes a tais carreiras, sendo indiscutível a responsabilidade do Poder Público, no que tange a estabelecimentos oficiais.

Diante do exposto, somos de parecer FAVORÁVEL à APROVAÇÃO do plano de lei, nada encontrando que possa obstar a sua tramitação pelos órgãos competentes desta Casa.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Sala das Comissões, em 04.10.89.

(aa) AMÉLIA HRUSCHKA

Presidente

LUIZ ANTONIO SETTI

Relator.

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 348/89, de autoria do Deputado Anibal Khury, que autoriza o Poder Executivo, a realizar concurso público de provas e títulos para preenchimento de vagas do Quadro Próprio de Pessoal do Magistério. Com PARECER a ser exarado pela Comissão Geral da Assembléia, conforme requerimento do Deputado Anibal Khury. EM RÉGIME DE URGÊNCIA. (Publ. no D.A. n° 106, de 27.11.89). Em votação.

Com a palavra o Senhor Deputado Raul Lopes, para apresentar parecer.

O SR. RAUL LOPES - (Lê):

COMISSÃO GERAL

PROJETO DE LEI N° 348/89

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Excelentíssimo Senhor Deputado Anibal Khury, visa autorizar o Poder Executivo a realizar concurso público de provas e títulos para preenchimento de vagas do Quadro Próprio do Pessoal do Magistério.

Pretende o autor com esta medida, sanar um problema que aflige o ensino do nosso Estado, visto que os convênios com as Prefeituras Municipais que contratam professores CLTs para a prestação de serviços nos estabelecimentos da rede estadual de ensino e posteriormente repassados os recursos a estes pelo Poder Executivo, não poderão ser renovados.

O motivo da não renovação de tais convênios, funda-se em atenção ao dispositivo constitucional contido no inciso II, do artigo 27, do corpo permanente da Carta Estadual.

Outra solução não há, senão a realização de concurso público para suprir a necessidade do ensino paranaense.

Justo é, que aos atuais professores conveniados, seja dada maior pontuação na prova de títulos, haja vista, estarem estes prestando serviços nas escolas da rede estadual de ensino.

Quanto ao aspecto legal, não obstante ser a iniciativa do Poder Executivo, nada há que impeça a normal tramitação do presente plano de lei pelos órgãos competentes desta Casa, em virtude do caráter autorizatório do mesmo.

Diante do exposto, o nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO. É o parecer.

Sala das Comissões, em 11.12.89

(a) RAUL LOPES

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Votação ao parecer.

Senhores Deputados que aprovam permançam como estão. APROVADO.

O SR. PEDRO TONELLI - Senhor Presidente, para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Deputado Pedro Tonelli com a palavra, para discutir o projeto.

O SR. PEDRO TONELLI - Senhor Presidente, Senhores Deputados, demais presentes a esta primeira sessão desta semana:

Quero chamar a atenção dos nobres Pares sobre a matéria que está em 1.^a discussão:

Projeto de lei de autoria do nobre Deputado, Presidente deste Poder, Deputado Anibal Khury que autoriza o Poder Executivo a realizar concurso público de provas e títulos para preenchimento de vagas do Quadro Próprio do Pessoal do Magistério, com parecer conforme requerido pelo nobre Deputado autor do projeto manifestado neste Plenário e aprovado.

O aspecto que eu quero chamar a atenção deste projeto, Senhor Presidente, Senhores Deputados, quero adotar o mesmo peso e a mesma medida, que foi adotada aqui na semana passada.

Projetos que eu também não concordei, por isso eu não concordo com esse projeto, que foram condenados aqui neste plenário, tem o mesmo vício que contém esse projeto.

Esse projeto, Senhor Presidente, Senhores Deputados, ele também tem o caráter demagógico, dito aqui por muitos Deputados, e que eu concordei; projetos apresentados pelo Deputado Lindolfo Júnior ou outros Deputados, e que não foram bem acatados por este Plenário. Então, eu quero adotar o mesmo peso e a mesma medida.

Mas aprovamos aqui autorização do Executivo, para realizar concurso público, isso é uma barbaridade, porque a Constituição que nós promulgamos e juramos, obriga o Poder Executivo a que todas as contratações do serviço público, ressalvadas as necessidades temporárias, têm que ser por concurso público.

Como é que nós agora, vamos vir aqui aprovar e apresentar um projeto autorizando o Executivo a realizar o concurso público.

Ora, na Constituição do nosso Estado do Paraná está explícito que o concurso público é uma obrigação; é iniciativa do Poder Executivo; tem necessidade, ele toma a iniciativa e nós vamos aprovar, nós vamos autorizar sim, mas, o projeto do nobre Deputado Presidente, deste Poder, Deputado Anibal Khury, ele tem o mesmo comportamento que teve os projetos do Deputado Lindolfo Júnior, aonde se discutia que o reajuste do funcionalismo, que era um projeto sem nenhuma obrigação.

Este Parlamento tem que tomar atitudes que obriguem o Poder Executivo a tomar medidas. Então, se nós podemos, vamos propor, se nós não podemos obrigar o Poder Executivo a realizar concursos de provas e títulos para o Magistério, para o Polícia Militar, aonde for necessário no serviço público, para que, nós ficamos aqui a apresentar um projeto que é nada mais nada menos do que um recado, que tem o mesmo efeito de um simples requerimento que nós estamos autorizando um projeto com caráter autorizatório.

Então, por isso, Senhor Presidente e Senhores Deputados, em nome da seriedade, em nome da responsabilidade deste Parlamento de fiscalizar, par e passos as ações do Executivo, nós não podemos permitir que se caia no ridículo de começarmos a autorizar aquilo que já é obrigação, que está contido na nossa Constituição do Estado do Paraná.

Por isso, Senhor Presidente e Senhores Deputados, não quero condenar a vontade do nobre Deputado autor, Deputado Anibal Khury, não vou condenar. Acho que é uma boa intenção do nobre Deputado Anibal Khury, mas acho, completamente, desnecessária tal medida por que não vai obrigar nada. É uma forma, certamente, de, talvez, querer se redimir das posturas do passado, aonde nos momentos em que o Magistério estava em luta, estava em crise, houve omissão deste Parlamento por muitos Parlamentares. Então, agora, nós não vamos limpar a barra de jeito nenhum, querendo apresentar uma medida que é simplesmente demagógica, que não tem nenhum valor profundo, que não tem nenhuma obrigação. O que nós temos que exigir sim, Senhor Presidente e Senhores Deputados, é que no momento em

Curitiba, segunda, em 11.12.89

que o Poder Executivo necessita contratar servidores públicos, necessita contratar pessoas para prestarem serviço público, nós temos que exigir dele que cumpra este livrinho aqui, a Constituição do Estado do Paraná. Nós temos que estar vigilantes por que tudo que está sendo proposto aqui, tanto pelo Deputado Lindolfo Júnior quanto pelo Deputado Anibal Khury, está já assegurado na Constituição, basta nós exigirmos o cumprimento da Constituição do Estado do Paraná.

Era isso, Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação o projeto. Os Senhores Deputados que aprovam conservem-se como estão. APROVADO.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Senhor Presidente, para justificar o meu voto.
(Assentimento).

Senhor Presidente, nobres Pares, o projeto do Deputado Anibal Khury foi aprovado por unanimidade. Eu entendo diferente do Deputado do PT. Eu não concordo com a colocação do que o projeto do Deputado Anibal Khury seja um projeto meramente demagógico. Não, é um projeto que dá sim, meu Caro Deputado Pedro Tonelli, um recado, manda um recado, para o Chefe do Executivo Estadual. E quando vejo que a Casa aprova por unanimidade este projeto, nada mais me tira da cabeça de que aqui, infelizmente, existem dois pesos e duas medidas.

Deputado Anibal Khury, V.Exa. está de parabéns. Nós precisamos preencher sim o quadro próprio do Magistério paranaense e é preciso que não falem professores para as crianças, para os jovens deste Estado.

Parabéns a V.Exa. pelo espírito de estadista que tem para com a educação de nosso Estado. E da próxima vez, todo e qualquer projeto de nossa autoria, farei questão de fazer com que V.Exa. assine o projeto para que passe o projeto do Deputado Anibal Khury.

Muito obrigado e parabéns. Votarei favoravelmente nas três ou quatro discussões.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Eu agradeço a V.Exa.

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 351/89, de autoria do Deputado LUCIANO PIZZATTO, que define critérios de acordo com o disposto no art. 205 da Constituição Estadual, autoriza o Poder Executivo a instituir o "Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia - CONCITEC", altera a lei de n° 8.387, de 15 de outubro de 1986, e dá

outras providências. EM REGIME DE URGÊNCIA. (Publ. no D.A. n° 106,).

Em votação.

O SR. PEDRO TONELLI - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Na ordem da preferência, concedo a palavra ao Deputado Nereu Massignan.

O SR. PEDRO TONELLI - Eu agradeço e ouço o Deputado Nereu Massignan com grande satisfação.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN (Para encaminhar) - Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Estamos votando em 1.^a Discussão o Projeto n° 351/89, que regulamenta o artigo 205 da Constituição Estadual. Venho aqui trazer a posição da Bancada do PSDB, do Deputado Raul, do Deputado Nelson, do Deputado Paulino, do Deputado Haroldo e do Deputado José Rogério.

Nós temos algumas contribuições à dar a este projeto. Hoje vai-se discutir a constitucionalidade.

Como não adentro ao mérito, a nossa bancada vai votar a favor, porém trará a sua contribuição através de emendas, visando melhorar o projeto.

Entendemos que depois de uma árdua luta de convencimento dos Senhores Constituintes que aprovaram em colocar na nossa Constituição do Estado o percentual previsto no artigo 205 de 2% da Receita Tributária para Ciência e Tecnologia.

Esta é uma reivindicação da comunidade científica do Brasil, que se mobilizou em todos os Estados para que as Constituições Estaduais tivessem tal dispositivo.

O PSDB que prioriza a Ciência e Tecnologia como instrumento de desenvolvimento nacional e de soberania do Brasil, pretende discutir o projeto mesmo porque entendemos que há alguns dispositivos que merecem uma melhor análise.

Já na composição do próprio Conselho, nós verificamos que o CONCITEC será composto pelos seguintes membros, são vários, enquanto que a Constituição Estadual contempla isso numa participação paritária.

Mas não é só da forma como será composto este Conselho, pouco vai-se discutir de Ciência e Tecnologia. Nós vamos transformar o Conselho numa Assembléia Geral Permanente. Nós temos aqui representantes de vários segmentos e na verdade Ciência e Tecnologia, não é um assunto para leigos, é evidente que tem o seu cunho político, a sua destinação quanto as fina-

lidades da pesquisa, mas nós não podemos sair fora do espírito da Constituição do Estado, quando determina a representação paritária.

Há aqui uma representação nata do Poder Executivo. Eu não sei até onde isto tem o seu fundamento.

O inciso terceiro do artigo terceiro, determina que dentro dos objetivos do CONCITEC está o de custear total ou parcialmente projetos de pesquisas científicas e tecnológicas de iniciativa pública ou privada.

Ora, eu entendo que esses 2% conquistados a duras penas, não se pode agora dar uma destinação pura e simplesmente para pesquisa na iniciativa privada.

Esta é uma preocupação que deve ser do Estado. Ao apontar esses dois assuntos que merecerão uma ampla discussão, traz aqui o PSDB a sua contribuição, no sentido de que as bancadas todas, à partir de amanhã se somem na melhoria do projeto.

Se ouça a SBPC, as universidades, as pessoas enfim vinculadas a Ciência e Tecnologia. Nós não podemos, nem devemos aprovar um projeto sem que esta oportunidade democrática de discussão pela comunidade científica seja amplamente permitida.

Faço um apelo às Bancadas dos Partidos a partir de amanhã, todos, tragam as suas contribuições, consultem a SBPC, as Universidades, consultem os segmentos científicos, as pessoas que conhecem pesquisa, ciência, tecnologia, os professores que estão diuturnamente nos laboratórios preocupando-se com isto, que estão indo à Brasília toda a hora, lutando para verbas orçamentárias, que freqüentam a Assembléia, que vêm dar a sua contribuição responsável e equilibrada. Vamos fazer o desdobramento desse princípio da Constituição com muita responsabilidade, com muita discussão, sem o aqodamento de um final de Legislatura, mas sim amplamente conversado, permitindo-se que se faça desse percentual de 2% destinado à Ciência e Tecnologia, a abertura de um caminho para que o Paraná faça realmente pesquisas de interesse da sociedade paranaense, dos segmentos que mais interessam ao desenvolvimento da ciência e tecnologia para o Paraná.

Assim sendo, hoje votaremos quanto ao plano constitucional favoravelmente e amanhã adentraremos na profunda discussão do mérito do projeto. Era isto.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Deputado Pedro Tonelli, para encaminhar a votação.

O SR. PEDRO TONELLI - Senhor Presidente, Senhores Deputados, nesta primeira discussão do projeto de autoria do nobre Deputado Luciano Pizzatto, que define cri-

térios de acordo com o disposto no artigo 205 da Constituição Estadual, aqui diz: "Autoriza o Poder Executivo a instituir o Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia e altera a Lei n° 8.387 de 15 de outubro de 86 e dá outras providências". Então na súmula ele diz que é autorizatório, ele autoriza o Poder Executivo, apesar de que no próprio artigo 1° do projeto que é o mérito propriamente dito, já está explícito que não é autorizatório. Diz assim: fica instituído o Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia. É afirmativo.

Então eu quero chamar a atenção de que a súmula do projeto não condiz com o mérito, com o conteúdo do projeto porque no artigo 1° diz que fica instituído a essa instituição de um Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia não é prerrogativa do nobre Deputado Luciano Pizzatto, porque no artigo 66 da Constituição do nosso Estado do Paraná, no inciso 4° diz o seguinte: são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre criação, estruturação e atribuições das Secretarias do Estado e Órgãos da administração pública. Então isto é competência exclusiva do Poder Executivo. Autorizar é competência nossa. Agora tomar a iniciativa sobre criação de órgãos como é a matéria, porque diz que fica instituído o Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia é competência exclusiva do Poder Executivo. Por isso e por outros motivos, Senhor Presidente, que eu tenho que votar contra esse projeto porque é um projeto completamente inconstitucional. Ele contraria o artigo 66, Inciso 4°, da Constituição do Estado do Paraná.

Sobre o mérito do projeto que nós apreciaremos amanhã, também eu tenho minhas ressalvas. Como disse muito bem e quero endossar aqui as palavras, as reflexões proferidas pelo nobre Líder do PSDB, Deputado Nereu Massignan, quando o projeto do nobre Deputado Luciano Pizzatto diz que vai ser a gestão desse Conselho, quando ele diz que esse Conselho será gerido ou será composto pelos seguintes membros: representantes do Governo, do Secretário, Presidente do BADEP, o diretor da TECPAR, o diretor do IAPAR, tudo do Governo, o diretor do IPARDES, o representante das universidades estaduais. E depois vem uma relação de representantes, representante da FIEP, que é patronal, representante da Federação das Associações Comerciais, o representante da Federação da Agricultura do Estado do Paraná, que também é patronal e um representante da Associação Brasileira das Indústrias Eletro-Eletrônica.

Então, isso é um desrespeito com a classe trabalhadora do Paraná. Parece-nos, Senhor Presidente, Senhores Deputados, e Deputado Luciano Pizzatto, que os 2% de

recursos que nós destinamos pela nossa Constituição para serem aplicados na Ciência e Tecnologia serão para desenvolver a Ciência e Tecnologia patronal, das entidades patronais; e nós precisamos desenvolver a Ciência e Tecnologia dos pequenos empresários, da pequena indústria, do trabalhador, do fundo de quintal, e pela composição desse Conselho a maioria da população paranaense estará desprivilegiada com esses 2% do Orçamento do Estado que está sendo destinado para desenvolver uma tecnologia democrática para toda a população do nosso Estado. Mas esse é o mérito que nós vamos apreciar amanhã a partir das emendas que nós apresentaremos.

O que eu queria chamar a atenção nesta 1ª discussão é que este projeto é completamente inconstitucional. A Constituição do nosso Estado, no art. 66, inciso IV, diz claramente: "são de iniciativa do Governador do Estado as leis que dispõem sobre criação, estruturação das secretarias de Estado e órgãos da administração pública". E o nobre Deputado Luciano Pizzatto está criando um órgão na Administração Pública, que é o CONCITEC, que é o Conselho que vai gerir, que vai administrar. Isso ele não pode. O que nós poderíamos era autorizar, mas é competência exclusiva do Poder Executivo a iniciativa. Então, nós não podemos legislar naquilo que a Constituição não permite, e eu como legislador que participei do processo constituinte do Paraná votarei contra porque apesar de não concordar com grande parte do que está na Constituição, mas foi aprovada pela maioria, e naquilo que nós fomos derrotados nós não tivemos forças naquele momento. Mas agora foi a maioria que aprovou, nós a promulgamos, nós a juramos e nós vamos fazer cumprir esta Constituição do Estado do Paraná.

Era isso, Senhor Presidente, era isso Senhores Deputados. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O Deputado Luciano Pizzatto está com a palavra.

O SR. LUCIANO PIZZATTO - Senhor Presidente, Senhores Deputados. Eu realmente fico extremamente contente em ver que nós neste plenário temos a capacidade de exercitar a nossa democracia e discutir os assuntos de forma franca e aberta. E foi esse o interesse, e foi essa a intenção que nos levou a apresentar o Projeto de Lei n° 351/89. Partindo-se inicialmente de alguns princípios, o primeiro é que nós tínhamos que regulamentar ainda este ano uma matéria que foi uma conquista tão grande da Constituinte e que até o momento em que eu apresentei este projeto de lei não havia iniciativa nenhuma nesta Casa no sentido

de regulamentar o projeto de lei para que utilizasse ainda no ano de 1990 os 2% constitucionais, que inclusive estão na nossa proposta de orçamento, prevendo os recursos para o seu atendimento. É lógico que no momento em que um Deputado entra com um projeto de lei para ser debatido no plenário, existem divergências e o Deputado que apresenta coloca o problema sob a sua ótica, ou a ótica de quem for consultado. E para mim é natural as divergências que acontecem. Inclusive gostaria de alertar os Senhores Deputados que, a pedido de companheiros nossos, iremos retirar da pauta de votação o projeto de lei por vinte e quatro horas, visando, se possível, uma discussão de um entendimento junto às lideranças.

Mas antes da retirada, gostaria de alertar algumas coisas que aqui foram ditas, porque é importante que a gente tenha um pleno conhecimento do assunto. Quando falamos do Concitec, e da sua instituição, em relação à alteração da Lei n° 8387, que foi resultado inclusive do ex-Deputado Adhail S. Passos, que está aqui próximo a mim, num trabalho conjunto naquela época e posteriormente negociado com o Governador João Elísio, quando estamos alterando uma lei em vigor o processo passa a ser constitucional. No meu modo de entender. E também torna-se evidente que temos que determinar qual a instituição que vai gerir os recursos de 2% para não permitir que o Governo, através da justificativa da inexistência de um órgão para gerir os 2%, não apliquem o que a Lei Orçamentária está determinando e não apliquem o que a Constituição determina.

Um outro aspecto interessante que foi levantado foi a questão da distribuição paritária, que gostaria de alertar os nobres colegas para que possa ser analisada amanhã, ou depois de amanhã, com mais calma. Como é paritária entre o Estado e os demais membros que estão dispostos na Constituição, o Estado poderia ter colocado entre seus oito membros "n" órgãos. Seja Secretários de Estado, seja presidentes de instituições, etc. E nós tomamos a liberdade, dentro de uma negociação com o próprio Governo, de que destes oito órgãos do Estado três fossem da área do ensino.

São três faculdades que estão representando o Governo, e mais uma universidade, a Universidade Católica, colocando dentro da composição dos membros quatro universidades. Parece-me que quatro universidades já estaria menos paritário do que está prevendo a própria Constituição. Mas como três faculdades estão representando o próprio Poder Executivo, o equilíbrio estaria mantido. Quanto às federações que representam o processo patronal, também acho uma preocupação extremamente

digna e que deve ser considerada, mas nós também não podemos deixar de citar que a Federação dos Trabalhadores na Indústria e na Agricultura também está representada.

Também não podemos deixar de lembrar que na mesma disposição paritária a SBPC também está representada.

E eu também não poderia deixar de lembrar que pelo menos quatro órgãos de ponta, de associações de ponta das áreas de Ciências e de Tecnologia, também estão representados.

Para encerrar, parece-me que foi muito boa a posição de todos os Deputados que me antecederam, no sentido de alertar da necessidade de uma maior discussão e, da minha parte, será muito bem recebida.

No momento que retiro por vinte e quatro horas o projeto, acredito que será possível encontrarmos uma solução.

Muito obrigado.

O SR. PAULO FURIATTI (Para encaminhar),
Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Para encaminhar, concedo a palavra ao Senhor Deputado Paulo Furiatti.

O SR. PAULO FURIATTI - Senhor Presidente,
Senhores Deputados.

Apenas para esclarecimento dos Senhores Deputados.

Conversando com o representante do SBPC, o pedido e o entendimento com alguns Parlamentares é de que não seja feita da forma como foi proposta pelo Deputado Pizzatto, porque ele define praticamente tudo, sem uma discussão mais profunda.

Mas há necessidade de uma regulamentação para que o Orçamento do ano que venha a beneficiar o desenvolvimento científico.

Então nós queremos apenas dizer que o correto seria, ouvindo as entidades, estabelecer um substitutivo em que, já houve alguma discussão com alguns Deputados, estabeleça de uma forma geral, os recursos que sejam geridos em caráter provisório, que os recursos sejam repassados pelo Tesouro do Estado e que o Governo encaminhe à Assembléia, num prazo de 180 dias, um projeto de lei disciplinando.

Isto dará tempo suficiente para que todos os órgãos sejam realmente ouvidos, não aproveitamos nada em "toque de caixa" e venhamos a atender o dispositivo da Constituição Estadual e o dispositivo fundamental de qualquer processo, que é o da discussão mais profunda, mais detalhada, para que tenhamos sucesso nas nossas iniciativas aqui.

Era isto, Senhor Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao Senhor Deputado Lindolfo Júnior.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados. Nós que atuamos com muita dedicação na Constituinte Estadual, entendemos a importância da conquista desses dois por cento, para pesquisa no nosso Estado.

Esse é mais um projeto autorizatório, e eu não considero, mais uma vez venho a tribuna para dizer, como infelizmente o Deputado Pizzatto considerou o nosso projeto que autorizava o reajuste mensal para os funcionários públicos do Estado do Paraná, um projeto demagógico não.

Eu acho que nós precisamos aprofundar, a discussão desse projeto, e é preciso que se diga, de acordo com a Constituição do Paraná, são dois por cento, independentemente de qualquer repasse, para os Municípios do Paraná. É do bruto, é do total da arrecadação.

E, quando eu venho a tribuna, para levantar a bandeira e brigar pela Universidades do Paraná. Venho porque as Universidades prestam com muita determinação, a obrigação que a elas foi confiado. E, quero relembrar aquilo que eu já dizia há dois anos atrás, quando nós na Universidade Estadual de Maringá, depois de dez anos de luta, e já são doze anos, conseguimos extrair, daquilo que é uma praga para o Nordeste, o cactus mandacaru, de um vegetal natural, extraímos o poli-eletrólito, que purifica a água que cada um de nós bebemos.

Por isso, Senhor Presidente, nobres Pares, nós precisamos atuar com muita responsabilidade. E, como disse o Deputado Luciano, suscitou o debate, é preciso que as Bancadas comecem a se mexer, que todos nós, apresentemos as nossas sugestões, no sentido até de melhorar o projeto, de fazer com que os pesos sejam mais ou menos.

Eu quero que se invista nas Universidades do Paraná. A Universidade Estadual de Maringá já descobriu stevia. Alguém contesta? Ninguém pode contestar. O poli-eletrólito, usado atualmente, Senhor Presidente, Senhores Deputados, é sintético, é importado, cancerígeno. Quanto vale uma pesquisa dessas? Uma vida!

Votamos um projeto do eminente Deputado Ferrari Júnior. Votaremos amanhã, com certeza. E somos favoráveis à aprovação, porque a educação é dever de todos e obrigação do Estado. Por isso, meu caro Deputado Ferrari, o Estado do Paraná tem obrigação, sim, de ser o mantenedor dos cursos de medicina e odontologia da Universidade Estadual de Maringá!

O SR. FERRARI JÚNIOR (Aparte) - V. Exa.

permite um aparte?
(Assentimento do Orador).

Apenas, Deputado Lindolfo Júnior, para agradecer a V. Exa, que na sessão de hoje, desta segunda feira, como nós representante de Maringá e da região, faz-se presente a esta sessão, votando o nosso projeto de lei, votando emendas de interesse de Maringá, no orçamento e lutando, como nós, pela manutenção das verbas da Universidade Estadual de Maringá, no orçamento. Para que verbas não fôssem solapadas. E como não foram, realmente, graças à compreensão dos eminentes Deputados desta Casa, que compreendem, não só como nós, maringenses, da importância desta Universidade.

E apenas para registrar que estes importantes assuntos de Maringá e da região foram votados, discutidos e apreciados hoje, por este Deputado que fala e por V. Exa.

Muito obrigado.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Agradeço o aparte de V. Exa, Deputado Ferrari Júnior. E quero lembrar, também, a incorporação da Faculdade de Paranaíba à Universidade Estadual de Maringá. O Governo do Estado deverá mandar uma mensagem, autorizando esta união desta faculdade à nossa universidade. Mas, eu não falo só da Universidade Estadual de Maringá, não. Eu falo da pujança da UEL, também, da Universidade de Londrina. Falo da pujança porque lá estive, na Universidade de Ponta Grossa. Falo da preocupação, no sentido de começarmos a realocar recursos para regulamentarmos um dispositivo transitório que está na nossa Constituição! No sentido da criação da UNIVALE, da Universidade Estadual do Vale Iguaçu e da UNICENTRO, Universidade do Centro-Oeste Paranaense.

É preciso que nós tenhamos uma visão lúcida, clara, progressista, de que a sociedade e o povo precisam da ajuda científica. E só terá ajuda científica se nós, Parlamentares, entendermos que é preciso valorizar o homem que fica no anonimato, como ficou o professor e sua esposa, 12 anos, num laboratório da Universidade de Maringá, para descobrir uma saída na purificação da nossa água, sem que tenhamos que usar os produtos sintéticos.

Por isso, Senhor Presidente, nobres Pares, Deputado Luciano Pizzatto, precisamos regulamentar esse dispositivo. V. Exa. disse que a minha proposta era demagógica,

E eu retribuo, dizendo: a sua proposta é meritória, porque fez com que diversas Bancadas se levantassem, no sentido da participação de uma comissão partidária para instituir o Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia.

Por isso votarei favoravelmente, estudaremos a proposta com as demais bancadas

e como Presidente ainda, da Comissão de Educação da Assembléia Legislativa do Paraná, nós aprofundaremos esta discussão no sentido de fazer deste Conselho um Conselho que atenda, não um grupo de estudiosos ou de cientistas, mas no sentido de atendermos os cientistas, os verdadeiros cientistas do Estado do Paraná!

A resposta que eu dou a Bancada do PMDB, que vota contra as nossas matérias em favor do povo do Paraná é a resposta da compreensão e do perdão, até, infelizmente há um momento insano de alguns Deputados que votam contra projetos de interesse do povo do Paraná!

Obrigado Senhor Presidente, nobres Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação o projeto.

O projeto será retirado por 24 horas, por solicitação do autor.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 364/89, de autoria da PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO, que altera o Quadro de Pessoal da Procuradoria Geral de Justiça. Com PARECER a ser exarado pela Comissão Geral da Assembléia, conforme requerimento do Deputado Luciano Pizzatto.

PROJETO DE LEI Nº 364/89
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - O Quadro de Pessoal da Procuradoria Geral de Justiça, órgão de administração superior do Ministério Público, composto de cargos de provimento efetivo, fica alterado na forma dos Anexos I e II, que integram esta Lei, passando a substituir os previstos na Lei nº 7.435, de 29 de dezembro de 1980 e Lei nº 7.879, de 10 de julho de 1984.

Parágrafo Único - A denominação, classificação, número, níveis e referências de vencimentos dos cargos de provimento efetivo passam a ser os constantes dos precisados anexos, ficando os mesmos distribuídos de conformidade com a tabela que integra esta lei.

Art. 2º - O Quadro de Pessoal que se refere o art. 1º, de acordo com a habilitação profissional, é dividido em 02 (dois) Grupos Operacionais:

I - Grupo Operacional Técnico - assessoramento e atividade de nível superior - Anexo I;

II - Grupo Operacional de Apoio Administrativo - execução de atividade administrativa e de expediente - Anexo II.

Art. 3º - Ficam criados na estrutura da Procuradoria-Geral de Justiça, a que se refere o Decreto nº 1.674, de 10 de julho

de 1987, 04 (quatro) cargos em comissão de Diretor de Departamento, símbolo DAS-3, 05 (cinco) cargos em comissão de Assistente Técnico de Departamento, símbolo 1-C e 04 (quatro) cargos em comissão de Assistente, símbolo 3-C, na forma do Anexo III.

Art. 4º - Ficam transformados, na estrutura da Procuradoria-Geral de Justiça, as denominações e símbolos, a que se refere o Decreto nº 1.674, de 10 de julho de 1987, 01 (um) Diretor da Secretaria, símbolo DAS-1 para 01 (um) Diretor Secretário da Procuradoria-Geral de Justiça, símbolo DAS-1, 01 (um) Chefe de Gabinete, símbolo DAS-5, para 01 (um) Chefe de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, símbolo DAS-3, 01 (um) Chefe da Coordenadoria Judiciária, símbolo DAS-5 para 01 (um) Diretor de Departamento Judiciário, símbolo DAS-3, 01 (um) Secretário do Conselho Superior do Ministério Público, símbolo 1-C para 01 (um) Secretário do Conselho Superior do Ministério Público, símbolo DAS-5 e 01 (um) Assessor, símbolo 1-C para Assessor de Imprensa, símbolo DAS-5, na forma do Anexo III.

Art. 5º - Ficam mantidos na estrutura da Procuradoria-Geral de Justiça, a que se refere o Decreto nº 1.674, de 10 de julho de 1987, 04 (quatro) cargos em comissão de Assistente, símbolo 3-C e 01 (um) cargo em comissão de Assistente, símbolo 9-C, na forma do Anexo III.

Art. 6º - O Quadro de Pessoal regido pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, da Procuradoria-Geral da Justiça, fica alterado na forma do Anexo IV, que integra esta lei, passando a substituir o previsto na Resolução nº 824, de 03 de outubro de 1984, do Conselho Deliberativo de Pessoal-CDP.

§ 1º - O Quadro de Pessoal a que se refere o caput deste artigo, de acordo com a habilitação profissional, é dividido em 03 (três) Grupos Ocupacionais:

I - Grupo Ocupacional Técnico Superior - assessoramento e atividade de nível superior Anexo IV.

II - Grupo Ocupacional do Apoio Administrativo - execução de atividades administrativas e de expediente - Anexo IV.

III - Grupo Ocupacional de Serviços Gerais - execução de atividades profissionais diversas Anexo IV.

§ 2º - Os atuais ocupantes de cargos regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT da Procuradoria-Geral de Justiça ficam enquadrados na forma do Anexo IV - tabela anexa.

Art. 7º - Todas as vantagens atribuídas aos servidores ativos da Procuradoria-Geral de Justiça previstas nesta lei serão estendidas aos servidores inativos e em disponibilidade pertencentes ao Quadro Próprio da Procuradoria-Geral de Justiça.

Art. 8º - A despesa decorrente da execução desta Lei correrá à conta da dotação orçamentária da Procuradoria-Geral de Justiça.

Art. 9º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros

Curitiba, segunda, em 11.12.89
ceiros a partir de 1º de novembro de 1989, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04.12.89

(a) PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO

ANEXO I
MINISTÉRIO PÚBLICO - PGJ
GRUPO OCUPACIONAL TÉCNICO SUPERIOR

SITUAÇÃO ATUAL				SITUAÇÃO PROPOSTA			
Denominação	Nº de Cargos	Ref.	Nível	Denominação	Nº de Cargos	Ref.	Nível
Assistente Jurídico	05	1 a 11	I	Assistente Jurídico	05	A a L	01 02 03 04
Bibliotecário	04	1 a 11	H	Bibliotecário	04	A a L	01 02 03 04
Técnico Administração	04	1 a 11	I	Técnico de Administração	04	A a L	01 02 03 04
TOTAL DE CARGOS	13			TOTAL DE CARGOS	13		

ANEXO II
MINISTÉRIO PÚBLICO - PGJ
GRUPO OCUPACIONAL DE APOIO ADMINISTRATIVO

SITUAÇÃO ATUAL				SITUAÇÃO PROPOSTA			
Denominação	Nº de Cargos	Ref.	Nível	Denominação	Nº de Cargos	Ref.	Nível
Oficial Judiciário	33	1 a 11	F	Oficial Judiciário	33	A a L	05 06 07 08
Auxiliar Judiciário	39	1 a 11	E	Auxiliar Judiciário	39	A a L	05 06 07 08
TOTAL DE CARGOS	72			TOTAL DE CARGOS	72		

ANEXO III
MINISTÉRIO PÚBLICO - PGJ
GRUPO OCUPACIONAL SUPERIOR E DE APOIO ADMINISTRATIVO EM COMISSÃO

Nº de Cargos	Denominação Atual	Símbolo	Nº de Cargos	Denominação Proposta	Símbolo
01	Procurador-Geral de Justiça		01	Procurador-Geral de Justiça	
01	Diretor da Secretaria***	DAS-1	01	Diretor Secretário da Proc. Geral de Just.***	DAS-1
01	Chefe de Gabinete**/**	DAS-5	04	Diretor de Departamento*	DAS-3
01	Chefe da Coord. Jurídica**/**	DAS-5	01	Chefe de Gab. Proc.-Geral de Just. **/**	DAS-3
01	Secretário do Cons. Sup. do M.P.**	1-C	01	Diretor do Depto. Judiciário**/**	DAS-3
01	Assessor**/**	1-C	01	Secretário do Cons. Superior do M.P.**	DAS-5
			01	Assessor de Imprensa**/**	DAS-5
04	Assistente	3-C	05	Assistente Técnico de Departamento*	1-C
01	Assistente	9-C	08	Assistente*	3-C
11	Total de Cargos		01	Assistente	9-C
			24	Total de Cargos	

*Criação - **Alteração de Simbologia - ***Transformação de Denominação

ANEXO IV

MINISTÉRIO PÚBLICO

QUADRO CLT DA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

SITUAÇÃO ATUAL			SITUAÇÃO PROPOSTA			
CARGO	QUANTID.	NÍVEL	CARGO	QUANTID.	REF.	NÍVEL
Técnico I - I	01	UA	Técnico Superior	22	A a L	01
Técnico I - II	02	TA				02
Técnico I - III	03	SA				03
Técnico I - IV	07	RA				04
Técnico H - II	01	NA				
Técnico H - III	03	MA				
Técnico H - IV	05	HA				
Assistente Técnico	11	GA	Assistente Técnico	11	A a L	05
						06
						07
						08
Assistente Administrativo I	05	GA	Agente Administrativo	29	A a L	05
Assistente Administrativo II	21	FA				06
Secretária	02	EA				07
Almoxarife	01	EA				08

Auxiliar de Contabilidade	01	DA	Auxiliar de Contabilidade	01	A a L	05
						06
						07
						08
Auxiliar Administrativo Auxiliar de Escritório	17	DA	Datilógrafo	26	A a L	09
	09	CA				10
						11
						12
Motorista II Motorista I	04	DA	Motorista	06	A a L	09
	02	CA				10
						11
						12
Recepcionista	01	BA	Agente de Serviços Gerais	14	A a L	09
Telefonista	03	BA				10
Auxiliar de Serviços Gerais	07	AA				11
Contínuo	03	AA				12

Porteiro	01	AA	Vigia	01	A a L	09
						10
						11
						12
Total de Cargos	110		Total de Cargos	110		

TABELA
MINISTÉRIO PÚBLICO
QUADRO DA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

NIV/REF	ÍNDICE	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	L
01	100	1.461,66	1.653,89	1.871,40	2.117,51	2.396,00	2.711,11	3.067,65	3.471,09	3.927,59	4.444,12	5.028,59
02	94	1.373,96	1.554,66	1.759,12	1.990,46	2.252,24	2.548,44	2.883,59	3.262,83	3.691,93	4.177,48	4.726,87
03	88	1.286,26	1.455,42	1.646,83	1.863,41	2.108,48	2.385,77	2.699,53	3.054,56	3.456,28	3.910,83	4.425,16
04	82	1.198,56	1.356,19	1.534,55	1.736,36	1.964,72	2.223,11	2.515,48	2.846,30	3.220,62	3.644,18	4.123,44
05	76	1.110,86	1.256,96	1.422,26	1.609,31	1.820,96	2.060,44	2.331,42	2.638,03	2.984,97	3.377,53	3.821,73
06	70	1.023,16	1.157,72	1.309,98	1.482,26	1.677,20	1.897,77	2.147,36	2.429,76	2.749,31	3.110,89	3.520,01
07	64	935,46	1.058,49	1.197,70	1.355,21	1.533,44	1.735,11	1.963,30	2.221,50	2.513,66	2.844,24	3.218,30
08	58	847,76	959,26	1.085,41	1.228,16	1.389,68	1.572,44	1.779,24	2.013,23	2.278,00	2.577,59	2.916,58
09	56	818,53	926,18	1.047,98	1.185,81	1.341,76	1.518,22	1.717,89	1.943,81	2.199,45	2.488,71	2.816,01
10	52	760,06	860,02	973,13	1.101,11	1.245,92	1.409,77	1.595,18	1.804,97	2.042,35	2.310,94	2.614,87
11	46	672,36	760,79	860,84	974,06	1.102,16	1.247,11	1.411,12	1.596,70	1.806,69	2.044,30	2.313,15
12	40	584,66	661,56	748,56	847,01	958,40	1.084,44	1.227,06	1.388,44	1.571,04	1.777,65	2.011,43

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO

Gabinete n° 1024

Curitiba, 30 de novembro de 1989.

Senhor Presidente:

Cumprindo as disposições Constitucionais, tenho a elevada honra de encaminhar a Vossa Excelência projeto de lei propondo a alteração dos vencimentos dos servidores do Quadro de Pessoal da Procuradoria-Geral de Justiça, órgão de administração Superior do Ministério Público.

Para melhor exame dos ilustres componentes dessa Augusta Casa de Leis, encaminho, em anexo, as razões que justificam a aprovação do Projeto.

Valho-me do ensejo para reiterar a Vossa Excelência os protestos de elevada estima e distinguido apreço.

(a) LUIZ CHEMIM GUIMARAES

Procurador-Geral de Justiça

Excelentíssimo Senhor

Deputado ANIBAL KHURY

Digníssimo Presidente da

Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
N/CAPITAL

JUSTIFICATIVA:

Com a edição da nova Carta Constitucional Federal, conferiu-se ao Ministério Público um complexo de características e prerrogativas que culminaram por alojá-los em situação sui generis na estrutura organizacional do Estado, de indisputável relevo entre os Poderes que o compõe.

Tal assertiva encontra seu amparo nos dispositivos que deram a conformação básica da Instituição, encartados no Título IV, Capítulo IV, Seção I, do Estatuto Maior.

É a regra que inaugura dita seção contida no art. 127, caput, e seu parágrafo 1°:

"O Ministério Público é Instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa na ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

§ 1° - São princípios institucionais do Ministério Público a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional."

De tal dicção normativa exsurge estar a Instituição Ministerial situada entre os denominados órgãos estatais independentes, "originários da soberania e representativos dos Poderes do Estado - colocados no ápice da pirâmide governamental, sem qualquer subordinação hierárquica ou funcional, e só sujeitos aos controles constitucionais de um Poder pelo outro. Por isso são também chamados órgãos primários do Estado. Esses órgãos detêm e exercem precipuamente as funções políticas, judiciais e quase judiciais outorgadas diretamente pela Constituição, para serem desempenhadas pessoalmente por seus membros (agentes políticos, distintos de seus servidores que são agentes administrativos), segundo

normas especiais e regimentais". (Hely Lopes Meirelles, in "Revista Justitia", vol. 89, págs. 261/2).

Com base em tal conformação, foram elencadas no art. 129 e incisos - e não taxativamente - aquelas funções institucionais que, ao ver do constituinte, por estarem cravados de maior significado, estão a cargo do Ministério Público.

Compete-lhe assim, *exempli gratia*, promover privativamente a ação penal pública, zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição, promovendo as medidas necessárias a sua garantia, promover o inquérito civil e a ação civil política, para a proteção ao meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, além de outras tantas de não menor importância.

Precisamente porque sedimentado em parâmetro desta magnitude no texto Constitucional, é que o legislador outorgou ao parquet um corpo de regras necessárias a instrumentalizá-lo e viabilizar sua atuação. Entre elas encontra-se aquela que garante a faculdade de iniciativa do processo legislativo, esculpida nos arts. 61, caput, e 127, § 2º, da Lei Maior, disposições estas que vieram a ser absorvidas pela Carta Estadual (art. 114, § 2º).

Assim é que, assegurando-lhe a autonomia funcional e administrativa, pode o Ministério Público propor ao Poder Legislativo a criação e extinção de seus cargos e serviços auxiliares, bem como a fixação dos respectivos vencimentos.

E porque a Procuradoria-Geral de Justiça encontra-se com o seu quadro de apoio administrativo - os seus serviços auxiliares - já não compatível com a dimensão das atividades hoje conferidas pela Constituição ao Ministério Público é que se pretende, com o projeto de lei ora submetido a exame dessa Egrégia Casa Legislativa, um redimensionamento do mesmo.

Observe-se, no entanto, desde logo, que não se está a cuidar de ampliar, pela via da criação de cargos, o Quadro hoje existente. O que se está a pretender é tão somente uma reestruturação daqueles serviços auxiliares, adaptando-os à nova realidade na qual o Ministério Público se encontra, visando com isto conferir-lhe uma dinâmica compatível com o seu papel na nova ordem Constitucional.

Assim é que, valendo-se esta Procuradoria dos cargos que compõe sua estrutura, e que estão sob a égide de diplomas legais distintos - o Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis e a Consolidação das Leis do Trabalho - procura-se uma uniformização de suas denominações, bem como atribuí-lhes um regime remuneratório harmônico e compatível com os princípios insertos nos

textos Constitucionais.

E, neste passo, é de salientar não haver qualquer óbice legal a que a tanto se proceda.

Poder-se-ia argumentar que o art. 39, da Constituição da República, ao estabelecer que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios devem instituir, no âmbito de suas competências, regime jurídico único para os seus servidores, estaria a vedar qualquer iniciativa tendente a alterar, mesmo que minimamente, a atual estrutura da administração pública no que concerne aos cargos que a compõe.

Isto, todavia, não sucede precisamente porque o legislador, ao editar aquele texto, expressamente remeteu a instituição do prefalado regime único à legislação ordinária, equivalendo isto a dizer que a regra contida no artigo sob enfoque não é auto-aplicável.

Depende de regulamentação. Consequência disto que se afirma é que a Administração Pública, na matéria em exame, deve valer-se dos dispositivos, não derogados, pelo que já se mostrou, que ainda hoje regem a vida funcional de seus integrantes.

Desastre, aos funcionários públicos efetivos ou comissionados, aplica-se o estatuto dos funcionários públicos civis e, aos servidores públicos, a Consolidação das Leis do Trabalho.

No que concerne a esta Procuradoria-Geral de Justiça, os cargos de que aqui se trata, em número de 110, foram criados através da Resolução nº 824/84, do Conselho Deliberativo de Pessoal - CDP - órgão que, à época, estava investido de tal prerrogativa.

Ainda, são eles também regrados pelas Leis nºs 7.435, de 29 dezembro de 1980, e 7.879, de 10 de julho de 1984.

É precisamente a classificação dos mesmos, inserta nos textos legais indicados, que se objetiva alterar, alteração que se cingirá aos cargos comissionados e celetistas, excluídos os de provimento efetivo (cf. Anexos III e IV, que integrarão o texto legal a ser editado).

A par disto, objetiva-se também regerar o regime remuneratório ora em vigor, aplicável, neste caso, às três categorias, indistintamente.

Nesta quadra, é de novamente invocar a peculiar posição que ao Ministério Público foi reservada pelo ordenamento Constitucional relativamente aos demais Poderes do Estado.

Como preleciona José Joaquim Gomes Canotilho, professor de Direito da Universidade de Coimbra,

"fazendo parte da 'ordem judiciária', mas com funções distintas das dos órgãos judiciais, existe o Ministério Públi-

co (cfr. art. 224º e segs.). Tradicionalmente o Ministério Público era considerado como o Órgão de ligação do poder político à administração da justiça. No figurino constitucional o Ministério Público é 'jurisdicionalizado' e assimilado aos juízes (cfr. art. 225º/1, onde se designam os agentes do MP como 'magistrados'), a eles competindo importantes funções sobretudo no exercício da ação penal (cfr. art. 224º) e na defesa da legalidade democrática (cfr., por ex., art. 280º/5 referente à obrigatoriedade do recurso pelo MP no controle da constitucionalidade das leis).

O Ministério Público não está hoje, como no regime de 1933, sob direcção do Ministério da Justiça (cfr. art. 224º e segs.)."

(in Direito Constitucional Livraria Almedina, Coimbra, 1983, 3a. ed., pág. 579).

Estas colocações do jurista luso, ainda que permeadas de tênues nuances, têm inteira pertinência na realidade brasileira, vez que há inúmeros traços de semelhança entre as carreiras do Ministério Público e da Magistratura (cf., aliás, o diz expressamente Cretella Júnior).

E, se assim é, por imposição lógica símiles são também os respectivos serviços de apoio administrativo, porque análogas as funções por eles desenvolvidas.

Do que precede, e com fulcro no preceito Constitucional do art. 39, § 1º, que estabelece a isonomia de vencimentos para os cargos de atribuições iguais ou semelhantes do mesmo Poder ou entre servidores dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, impede concluir que a remuneração dos que integram aqueles serviços, seja no âmbito da Procuradoria-Geral que do Poder Judiciário, deve ser equivalente.

Esta a razão pela qual se adotou como parâmetro para fixar os vencimentos aqui propostos aqueles atribuídos aos servidores do prefalado Poder.

Anote-se que, além da regra Constitucional retro indicada, também deve ser levantada em linha de conta a disposição constante do art. 120, da Lei nº 5.849, de 25 de dezembro de 1968 (o Estatuto do Ministério Público do Paraná), que determina:

"Os funcionários da Secretaria (da Procuradoria-Geral de Justiça) serão organizados em quadro próprio e terão as prerrogativas e vedações dos funcionários do Poder Judiciário que exercem funções análogas."

Vale dizer, tanto à luz do ordenamento Constitucional quanto a norma ordinária, ineludivelmente a pretendida equiparação remuneratória encontra o seu amparo.

E de outro vértice, sobre ser apenas legal, é medida de lúdima justiça.

Com efeito.

Em média, os servidores da Procuradoria-Geral de Justiça, já computadas todas as vantagens, percebem remuneração de NCz\$ 941,46 (novecentos e quarenta e um cruzados novos e quarenta e seis centavos), sensivelmente, inferior àquela percebida pelos servidores do Poder Judiciário. E particularidade a ser ressaltada - representa apenas 0,004% da folha global do Ministério Público.

Este percentual, com a implantação das alterações aqui enfocadas, passará a representar 0,007% daquela folha, continuando a ser, como se denota, de escasso significado em relação à mesma.

No tocante aos custos propriamente ditos, estão eles orçados em NCz\$ 210.137,83 (duzentos e dez mil, cento e trinta e sete cruzados novos e oitenta e três centavos), implicando em um acréscimo de NCz\$ 76.328,15 (setenta e seis mil, trezentos e vinte e oito cruzados novos e quinze centavos) frente aos valores atuais.

Focalizemos, discriminadamente, a proposta em exame:

Regime	Valor Atual	Valor Prop.	Diferença
CLT	43.307,35	71.757,15	28.449,80
ESTATUT.	12.961,27	20.121,64	7.160,37
C.COMIS.	77.541,06	118.259,04	40.717,98
	133.809,68	210.137,83	76.328,15

Por fim, com a reestruturação em tela, serão colocados à disposição das respectivas Pastas 04 (quatro) cargos de Chefes de Grupos, símbolo 1-C e 04 (quatro) cargos de Assistentes Técnicos, símbolo 2-C, criados pela Lei nº 7.879, de 10 de julho de 1984, bem como os cargos de provimento em comissão cedidos pela Casa Civil.

Estas as razões que embasaram o projeto que ora se submete à preciação dessa Casa de Leis.

Sobre o referido projeto, parecer da Comissão Geral da Assembléia, nos seguintes termos:

COMISSÃO GERAL

PROJETO DE LEI Nº 364/89

P A R E C E R:

Encaminhado através do Ofício nº 1024, de 30 de novembro p.p., o Projeto de Lei nº 364/89, objetiva a alteração dos vencimentos dos servidores do Quadro de Pessoal da Procuradoria Geral de Justiça.

Tal iniciativa encontra seu fundamento no Art. 127, § 2º, da Constituição Federal e no Art. 114, § 2º, da Constituição Estadual, que atribuem à Procuradoria a competência de organizar sua estrutura e serviços auxiliares.

A justificativa da matéria em questão embasa amplamente o mérito e a oportuni-

dade de tal medida, razão pela qual entendemos, inexistirem óbices constitucionais à tramitação do projeto de lei em tela e opinamos FAVORAVELMENTE à sua aprovação por esta Casa de Leis.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 11.12.89

(a) RAUL LOPES

Em votação o parecer. -Aprovado.

Em votação o projeto. -Aprovado.

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n° 56/89, de autoria da COMISSÃO de CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que autoriza a realização de plebiscito, na área que especifica, no Município de Goioerê, para que a respectiva população decida sobre a criação do Município de 4° Centenário. **Aprovado.**

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 56/89

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1° - Fica autorizada a realização do plebiscito, na área adiante descrita, no Município de Goioerê, para que a respectiva população decida sobre a criação do Município de 4° Centenário.

"Começa na foz do Arroio Barigui ou Água da Escolinha, no Rio Piquiri, sobre o Arroio Barigui ou Água da Escolinha até a divisa dos lotes 50, 63, 61-A, 62-A da Gleba Colônia Goioerê, n° 14, 2a. parte, pela divisa dos referidos lotes até encontrar a Estrada Pontoura, segue pela Estrada Pontoura até encontrar a Água Limpa, pela Água Limpa abaixo até a foz do Ribeirão dos 10, subindo o Ribeirão dos 10 até a divisa das Glebas 13 e 14 da Colônia Goioerê, pela divisa das referidas glebas até encontrar o Rio Caracol, pelo Rio Caracol abaixo até a divisa das Glebas 15 e 23 da Colônia Goioerê, pela divisa das referidas glebas até encontrar o Rio Comissário, pelo Rio Comissário abaixo até sua foz no Rio Ronquito, pelo Rio Ronquito até sua foz no Rio Piquiri, pelo Rio Piquiri até sua foz no Arroio Barigui ou Água da Escolinha, ponto inicial."

Art. 2° - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 19.09.89

(aa) CÂNDIDO BASTOS

Presidente

DAVID CHERIEGATE

Relator

Sobre a mesa, requerimento de n° 2890, de autoria dos Senhores Deputados Nereu Carlos Massignan e José Rogério Carvalho, constante do expediente. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2889, de autoria

dos Senhores Deputados Nereu Carlos Massignan e José Rogério Carvalho, constante do expediente. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2876, de autoria do Senhor Deputado Pirajá Ferreira, constante do expediente. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2877, de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2879, de autoria do Senhor Deputado Erondy Silvério, constante do expediente. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2880, de autoria do Senhor Deputado Erondy Silvério, constante do expediente. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2882, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento de n° 2884, de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2885, de autoria do Senhor Deputado Erondy Silvério, constante do expediente. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2887, de autoria do Senhor Deputado Rafael Greca, constante do expediente. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2878, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 12, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Resolução n° 50/89

3.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 226/88; 14, 231, 196, 355 e 363/89. e dos Projetos de Resolução n°s 75 e 76/89.

2.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei Complementar n°s 283 e 379/89. dos Projetos de Lei n°s 90/88; 186, 205, 348 e 364/89. e do Projeto de Resolução n° 56/89.

1.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei Complementar n°s 371, 372 e 374/89. e do Projeto de Lei n° 373/89

Levanta-se a sessão.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO ALGACI TÚLIO, EM SESSÃO DO DIA 11 DE DEZEMBRO DE 1989.

**"UM MUNDO NOVO DE JUSTIÇA,
DE AMOR E DE PAZ"**

Senhores:

1. Intróito:

Restabelece-se, hoje, no seio do Judiciário Paranaense, uma prática em desuso: comemorar-se o "Dia da Justiça" com uma sessão solene, seguida de um Ofício Religioso, quando, em ambos erguer-se-ão hosiannas ao "Juiz dos Juizes", por nos haver legado a sublime Missão de Julgar.

Ontem, recepções talvez um tanto faustosas para os dias de vida do povo brasileiro; hoje, reuniões singelas, mas significativas, para marcarmos a efeméride e induzirem reflexão em todos os que detêm o munus de julgar, mas também em todos que detêm parcela de responsabilidade na sociedade em que vivemos.

Louve-se, pois, com justiça, a decisão do atual Presidente deste Tribunal que, talvez, tenha renunciado a oportunidade de ser o anfitrião e centro principal das comemorações, para dividi-la com os seus Pares, as autoridades constituídas, os agentes do Ministério Público, os advogados, os serventuários da justiça e o povo em geral, nestes momentos antagonicamente fugazes, mas duradouros na memória de todos.

Reunimo-nos, pois, neste plenário augusto, sob a inspiração Divina, para festejarmos o "Dia da Justiça".

2. Violência e guerras:

Vimos dias de dúvidas, incertezas e ansiedades.

Os povos parecem não mais se entenderem, inobstante se divise, no horizonte, sua bonança, num pálido arco-íris, prenúncio de paz e concórdia.

A humanidade, dividida política e ideologicamente, enfrenta sérios momentos.

Enquanto os governantes são incapazes de solucionar os principais problemas que atingem a população, as nações se envolvem em lutas intestinas.

A violência, o ódio, a disputa, a guerra mesmo, dominam regiões do globo terrestre, sem se atinar com a perspectiva de desfecho ou a consequência que isso tudo possa gerar ou ocasionar.

Nas grandes, como nas pequenas cidades, o povo, aflito e angustiado, enfrenta

sérios e graves problemas.

Problemas, sem expectativa, próxima ou remota, de solução benéfica para todos.

Violência e guerra, palavras e ações que integram o dicionário da vida dos povos e das gentes!

Mesmo no Brasil, país pacífico por índole e natureza, produto do caldeamento de povos pacatos e sentimentais, como portugueses, o indígena e o africano, a onda de violência domina, sem esperança de erradicação.

Assaltos, roubos, raptos, seqüestros, homicídios, estupros, são crimes e acontecimentos hoje, desafortunadamente, corriqueiros.

Mesmo nesta época eleitoral, quando a nação brasileira persegue a sua consolidação democrática episódios lastimáveis enodam o cenário nacional, como, por exemplo, ontem, o de Volta Redonda, hoje, o de Porto Alegre.

Tão séria se tornou a situação, nesse aspecto, que o Presidente da República, em ato de questionável constitucionalidade, mas inegável necessidade, baixou Medida Provisória instituindo a chamada "Prisão Temporária".

Além mundo, conflitos armados obnubilam os céus.

O Líbano, para só lembrar um, país bucólico, das oliveiras em flor, dos cedros seculares, da gente simples e trabalhadora, há anos se engalfinha em luta intensa.

René Muawad, recém eleito Presidente, filho de mãe brasileira, perdeu a vida em triste atentado.

Contudo, os jornais bem noticiaram: "René Muawad não foi o primeiro dirigente libanês a morrer em atentado. Em setembro de 1982, o cristão Bashir Gemayel (irmão do depois presidente Amin) foi morto na explosão de uma bomba no QG de seus milicianos antes de tomar posse na presidência do Líbano, para a qual havia sido eleito em agosto. Herdeiro do Partido Falangista, Gemayel havia unificado o país e era considerado o principal aliado de Israel no Oriente Médio.

Os falangistas responsabilizaram um esquerdista sério pelo atentado.

Em junho de 1987, o primeiro-ministro muçulmano Rashid Karami morreu na explosão de uma bomba no helicóptero que o transportava.

Karami era um dos políticos libaneses mais chegados à Síria, tendo criado um partido pró-sírio, antiocidental, por um Líbano árabe e contra-Israel".

(O Estado de São Paulo).

E a organização das Nações Unidas, responsável pela paz, vem se revelando um organismo impotente, incapaz, sem saber como coibir ou findar tais conflitos...

E, por aí afora, o panorama, infeliz-

3. Ânsia de liberdade:

No entanto, a tela da vida já não está tão escurecida.

Leonardo da Vinci, e Rafael certamente a pintaram em cores mais suaves, para maior encantamento dos nossos olhos e de nosso coração.

O gênio de Mikhail Gorbachev, guindado a supremo dirigente da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, inegavelmente, foi o principal responsável pelo entendimento mundial, na abertura democrática que a sua "Perestroika" possibilitou.

De outra parte, João Paulo II, o "Papa Peregrino", visitando os mais distantes países do mundo, mesmo aqueles que não professam a sua fé, muito tem contribuído.

Exemplos e, talvez, consequência disso, são os episódios ocorridos na Polônia, hoje dirigida por um líder católico, na Hungria, na Alemanha Oriental e, por fim, na Tchecoslováquia, onde milhões de trabalhadores aderiram à greve geral de duas horas, convocada pela principal organização de oposição do país, o chamado "Fórum Cívico" e com o objetivo de exigir reformas democráticas.

Mas inegavelmente, o episódio mais marcante nos últimos tempos, foi a Queda do Muro de Berlim.

A Alemanha dividida, porque Berlim, sua antiga Capital estava cortada por um amplo muro, num repente, na ânsia insopitada de liberdade, viu o símbolo da prepotência e do despotismo vir abaixo, possibilitando a confraternização de um mesmo povo, dividido, separado de forma incrível, inacreditável, durante decênios.

E, o jornal "Gazeta Mercantil", de 25 de novembro último, sob o título "O que significa de fato a queda do Muro de Berlim", assim inicia: "De todos os lugares, foi em Berlim dividida, na Alemanha dividida na Europa dividida, que a guerra fria se transformou em uma festa de rua de Leste-Oeste. Cautelosamente, na Polônia e na Hungria, e agora com júbilo na Alemanha Oriental, o poder do povo enfrentou o poder comunista e conseguiu vitórias famosas - principalmente a quebra desse símbolo assustador da divisão da Europa, o muro de Berlim. Se a revolução de 1989 na Europa puder continuar no seu caminho pacífico, o processo mudará mais do que a abalada edificação comunista da Europa Ocidental. Toda a estrutura da Europa pós guerra também será transformada". Tão significativo e extraordinário foi o acontecimento, que o Juiz-Poeta do Paraná, José Wanderlei Resende, cantou nestes versos inspirados:

Caiu o muro de Berlim,
passou a tristeza prolongada.

A separação terminou enfim
nasce uma nova madrugada.

As loucuras de um líder negativo
não devem por seu nato carisma
conduzir o rebanho passivo
a um novo cataclisma.

Pensem os homens de bem
no destino do jovem e da criança
com falsas promessas não se
impressionem.

No mundo alegre e sem dor
se faça a última esperança
no coração do homem habite
o amor.

4. A paz:

Se os povos anseiam por liberdade, o mundo não pode prescindir da paz.

Anos e anos perseguimos a paz.

Paz para vivermos bem com nossa família e os nossos semelhantes: paz para construirmos a grandeza de nossa terra; paz para uma convivência harmônica entre as nações; paz para que o espectro da guerra e da convulsão social sejam abolidos da face da terra.

Urge que todos contribuam para a paz; urge que todos construamos a paz.

Mas, uma paz perene, duradoura e não fugaz.

Ouçamos o alerta do "Papa Humildade" João XXIII, que tantos ensinamentos nos legou, quando, em sua Encíclica "Pacem in Terris", dada a lume em 11 de abril de 1963, já proclamava:

"Mas a paz permanece palavra vazia de sentido, se não se funda na ordem que, com confiante esperança, esboçamos nesta Nossa Carta Encíclica a ordem fundada na verdade, construída segundo a justiça, alimentada e consumada na caridade, realizada sob os auspícios da liberdade".

Construamos, pois, esta paz, no dia a dia de nossa vivência, amando-nos mutuamente, respeitando-nos, cumprindo com o nosso dever profissional e cívico, pois, sem ela, sem a paz, não viveremos tranquilos e felizes!

A paz que chegue aos "Líbanos" do mundo, aos povos sofridos e oprimidos, aos povos carentes de desenvolvimento e progresso, aos povos que elegem e confiam nos seus dirigentes e por eles não podem ser decepcionados ou abandonados!

E, como lembra, ainda, João XXIII, "Esta paz, peçamo-la com ardentes preces ao Redentor divino que no-la trouxe. Afaste Ele dos corações dos homens quanto pode pôr em perigo a paz e os transforme a todos em testemunhas da verdade, da justiça e do amor fraterno. Ilumine com Sua luz a

mente dos responsáveis dos povos, para que, junto com o justo bem-estar dos próprios concidadãos, lhes garantam o belíssimo dom da paz. Inflame Cristo a vontade de todos os seres humanos para abaterem as barreiras que dividem, para corroborarem os vínculos da caridade mútua, para compreenderem os outros, para perdoarem aos que lhes tiverem feito injúrias. Sob a inspiração da Sua graça, tornem-se todos os povos, irmãos, e floresça neles e reine para sempre essa tão suspirada paz".

5. Peroração:

Neste "Dia da Justiça", quando meditamos sobre o que fizemos e quando nos propomos a muito mais fazer, cumprindo com exatidão o dever de distribuir Justiça, dando a cada um o que é seu, roguemos ao

Curitiba, segunda, em 11.12.59

Criador, o "Juiz dos Juizes", àquele cuja justiça é infalível e irrecorrível, que proteja e abençoe o povo brasileiro, que ilumine e oriente o futuro dirigente da Nação, a fim de que melhor possa equacionar e solucionar os inúmeros problemas nacionais, desde a fome, a desnutrição, a inflação que todos atinge, até a crise habitacional e educacional, à saúde e previdência social, ao combate efetivo ao déficit público, tudo, enfim, para que possamos viver dias de tranquilidade e de paz!

Que abençoe, outrossim, todos os povos, inspirando-lhes o amor, para uma convivência harmoniosa e feliz!

Dê-nos, por fim, Supremo Juiz e Pai Amantíssimo, a ventura de desfrutarmos, nos dias futuros, de UM MUNDO DE JUSTIÇA, DE AMOR E DE PAZ!

...a justiça é infalível e irrecorrível, que proteja e abençoe o povo brasileiro, que ilumine e oriente o futuro dirigente da Nação, a fim de que melhor possa equacionar e solucionar os inúmeros problemas nacionais, desde a fome, a desnutrição, a inflação que todos atinge, até a crise habitacional e educacional, à saúde e previdência social, ao combate efetivo ao déficit público, tudo, enfim, para que possamos viver dias de tranquilidade e de paz!

Que abençoe, outrossim, todos os povos, inspirando-lhes o amor, para uma convivência harmoniosa e feliz!

Dê-nos, por fim, Supremo Juiz e Pai Amantíssimo, a ventura de desfrutarmos, nos dias futuros, de UM MUNDO DE JUSTIÇA, DE AMOR E DE PAZ!

...a justiça é infalível e irrecorrível, que proteja e abençoe o povo brasileiro, que ilumine e oriente o futuro dirigente da Nação, a fim de que melhor possa equacionar e solucionar os inúmeros problemas nacionais, desde a fome, a desnutrição, a inflação que todos atinge, até a crise habitacional e educacional, à saúde e previdência social, ao combate efetivo ao déficit público, tudo, enfim, para que possamos viver dias de tranquilidade e de paz!

Que abençoe, outrossim, todos os povos, inspirando-lhes o amor, para uma convivência harmoniosa e feliz!

Dê-nos, por fim, Supremo Juiz e Pai Amantíssimo, a ventura de desfrutarmos, nos dias futuros, de UM MUNDO DE JUSTIÇA, DE AMOR E DE PAZ!

...a justiça é infalível e irrecorrível, que proteja e abençoe o povo brasileiro, que ilumine e oriente o futuro dirigente da Nação, a fim de que melhor possa equacionar e solucionar os inúmeros problemas nacionais, desde a fome, a desnutrição, a inflação que todos atinge, até a crise habitacional e educacional, à saúde e previdência social, ao combate efetivo ao déficit público, tudo, enfim, para que possamos viver dias de tranquilidade e de paz!

Que abençoe, outrossim, todos os povos, inspirando-lhes o amor, para uma convivência harmoniosa e feliz!

Dê-nos, por fim, Supremo Juiz e Pai Amantíssimo, a ventura de desfrutarmos, nos dias futuros, de UM MUNDO DE JUSTIÇA, DE AMOR E DE PAZ!

...a justiça é infalível e irrecorrível, que proteja e abençoe o povo brasileiro, que ilumine e oriente o futuro dirigente da Nação, a fim de que melhor possa equacionar e solucionar os inúmeros problemas nacionais, desde a fome, a desnutrição, a inflação que todos atinge, até a crise habitacional e educacional, à saúde e previdência social, ao combate efetivo ao déficit público, tudo, enfim, para que possamos viver dias de tranquilidade e de paz!

Que abençoe, outrossim, todos os povos, inspirando-lhes o amor, para uma convivência harmoniosa e feliz!

Dê-nos, por fim, Supremo Juiz e Pai Amantíssimo, a ventura de desfrutarmos, nos dias futuros, de UM MUNDO DE JUSTIÇA, DE AMOR E DE PAZ!